



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ata Número 06/2014

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada a 27 de novembro de 2014

___ Aos vinte e sete dias do mês novembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, no edifício dos Paços do Concelho, no Auditório Municipal, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, secretariado pela primeira e segunda secretárias, Dília Maria de Jesus Ferreira Batista e Ana Paula Simões Ramos Ribeiro Lourenço. _____

___ Estavam presente os seguintes membros da Assembleia Municipal: _____

___ Pela Coligação Democrática Unitária: Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Carla Maria Machado Alves, Vítor Manuel Mineiro Lourenço, Fernando António Silva Lopes, Ana Paula Simões Ramos Ribeiro Lourenço, Dília Maria de Jesus Ferreira Batista, Joaquim Manuel Gonçalves Ribeiro, Pedro Miguel Paulino Baeta, Teresa Maria Ferreira Pires Sepúlveda e Luís António da Graça Eleutério. _____

___ Pelo Partido Socialista: Rui Luís Fernandes Corado, Cláudia Sofia de Almeida Gaspar Joaquim, André de Jesus Lourenço e Maria das Dores Pereira Gonçalves Ramalho. _____

___ Pelo PPD/PSD: Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco e Rui Manuel Gomes de Oliveira Alves. _____

___ Pelo CDS/PP: Artur Miguel Rodrigues Costa. _____

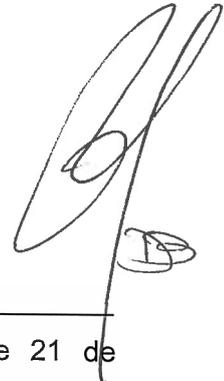
___ Faltaram os membros Nuno Gonçalo de Oliveira Castanho Luís Fortes, Elsa Maria Fernandes de Melo Rodrigues Belchior Penedo e João Manuel da Silva Frade. _____

___ Com o Senhor Presidente da Câmara estavam presentes o Senhor Vice-Presidente, Sérgio Bogalho, a Senhora Vereadora, Patrícia Vitorino e os Senhores Vereadores Pedro Coelho dos Santos e Joaquim Biancard Cruz. _____

___ O Senhor Presidente começou por saudar o regresso da trabalhadora que presta apoio administrativo à Assembleia Municipal, Joana Nogueira, que esteve ausente por se encontrar de licença de maternidade. _____

___ Seguidamente saudou o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, os trabalhadores da Autarquia e o público em geral. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO



____ **Justificação de Faltas:** _____

____ Foram presentes as comunicações dos membros: Nuno Fortes, datada de 21 de novembro, a informar da sua impossibilidade em comparecer na sessão ordinária, em virtude de se encontrar ausente do país, solicitando a sua substituição e justificação da sua falta nos termos da lei; Elsa Penedo, datada de 20 de novembro, a informar que não poderia estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal, por estar ausente do Concelho em trabalho, solicitando a sua substituição e justificação da sua falta nos termos da lei. _____

____ A mesa aceitou as justificações das faltas e as substituições nos termos da lei. _____

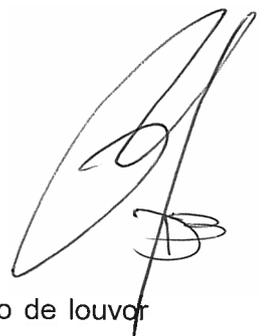
____ O Senhor Presidente convidou a membro Ana Paula Lourenço para integrar a mesa da Assembleia Municipal, atendendo a que o primeiro secretário, João Frade, se encontrava ausente. _____

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos, entrou na sala o membro Joaquim Ribeiro. _____

____ **Expediente:** _____

____ Seguidamente o Primeiro Secretário deu conhecimento do seguinte expediente: _____

____ Da **Assembleia Distrital de Lisboa** a enviar, para conhecimento, cópia de comunicado de imprensa "*Assembleia Distrital encerra Biblioteca e deixa de pagar salários devido à recusa da Câmara Municipal de Lisboa em liquidar dívida de 143.380,00€*"; da **Associação Nacional Municípios Portugueses** a remeter circular referente ao quadro plurianual municipal; da **Assembleia Distrital de Lisboa** a enviar convocatória para reunião extraordinária da Assembleia Distrital de Lisboa, a realizar dia 17 de outubro; da **Assembleia Distrital de Lisboa** a remeter documentos para apreciação na reunião extraordinária da Assembleia Distrital de Lisboa; da **CCDRLVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo)** a enviar convocatória para a 1ª reunião plenária da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal de Sobral de Monte Agraço; da **Assembleia Distrital de Lisboa** a informar sobre a continuação da reunião extraordinária da Assembleia Distrital; da **APEAVES (Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical de Escolas de Sobral de Monte Agraço)** a convidar para presença na cerimónia de tomada de posse dos corpos gerentes da APEAVES para o Biénio 2014-2016; da **Assembleia de Freguesia de Santo Antão e São Julião do Tojal** a enviar moção "*Hospital Beatriz Ângelo, um equipamento público com gestão pública*"; da **Tertúlia Tauromáquica Sobralense** a convidar para celebração do aniversário da Associação; da **Assembleia Municipal de Loures** a remeter moção aprovada na Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2014 – Hospital Beatriz Ângelo; do **Clube Desportivo de Pero Negro** a convidar para almoço do 85º aniversário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

do clube; da **Federação Portuguesa de Nataçã**o a enviar agradecimento pelo voto de louvor atribuído ao nadador Rafael Gil; do **PCP (Partido Comunista Português)** a convidar para audição pública sobre a temática da defesa e recuperação dos serviços públicos e funções sociais do Estado; da **ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses)** a convidar para seminário sobre poder local e setor solidário; da **Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço** a enviar moção *“Por uma linha do Oeste Moderna, Eficaz e Sustentável”*; da **ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses)** a remeter circular referente à Resolução do Conselho Geral da ANMP, relativa a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015. _____

_____ O Senhor Presidente começou por dizer que a presente sessão se realiza à quinta-feira e não à sexta-feira, como habitualmente, porque a Assembleia Intermunicipal do Oeste, já há algum tempo se encontrava agendada para o dia seguinte e a Assembleia Municipal, por força de lei, estava obrigada a reunir no mês de novembro para votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento. _____

_____ **Período Antes da Ordem do Dia:** _____

_____ Seguidamente, o Senhor Presidente questionou os vários grupos representados na Assembleia Municipal, se pretendiam apresentar moções, requerimentos, recomendações, protestos, interpelações ou outras questões de interesse geral. _____

_____ A membro Maria das Dores informou que bancada do PS pretendia apresentar uma moção. Neste sentido e com a anuência do Senhor Presidente, a membro Maria das Dores começou por proceder à leitura da moção, que a seguir se transcreve: _____

_____ **“Moção** _____

_____ *No dia em que o Cante Alentejano, foi reconhecido pela Unesco como património imaterial da humanidade, a Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço congratula-se por mais este acto de afirmação de Portugal no Mundo, através da música e da poesia da mais genuína tradição popular.* _____

_____ *Aos promotores desta candidatura, e aos grupos corais alentejanos que souberam preservar esta tradição secular de canto de trabalho e confraternização, o nosso obrigado e reconhecimento pela consagração hoje conseguida.* _____

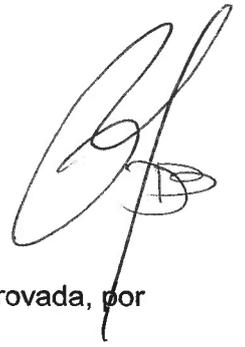
_____ *Sobral de Monte Agraço, 27 de novembro de 2014* _____

_____ *Os representantes do Partido Socialista na AM de Sobral de Monte Agraço* _____

_____ *Enviar ao: Grupo Coral de Serpa, Comissão promotora da Candidatura E Demais entidades envolvidas.”* _____

_____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, entrou na sala o membro André Lourenço. _____

_____ O Senhor Presidente felicitou, em nome da Assembleia Municipal, o cante alentejano. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

_____ Colocada à votação a moção apresentada pela bancada do PS foi a mesma aprovada, por unanimidade. _____

_____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e quarenta e oito minutos, entrou na sala o membro Fernando Lopes. _____

_____ Seguidamente, o membro Rui Alves informou que a bancada do PPD/PSD, pretendia apresentar uma moção, a qual se transcreve: _____

_____ **“Moção”** _____

_____ *Por uma Linha do Oeste Moderna, Eficaz e Sustentável* _____

_____ *A Linha do Oeste percorre uma grande parte do território litoral português, de Lisboa à Figueira da Foz, servindo áreas urbanas de média densidade e um território com uma grande produção agrícola e industrial.* _____

_____ *Iniciada a sua construção no final do século XIX, viveu o seu auge no século XX, tendo perdido importância nas últimas décadas, em resultado da sua não adequação aos novos tempos, e da sua não inclusão sistemática na priorização dos investimentos ferroviários que o Estado tem vindo a realizar.* _____

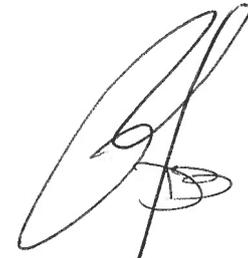
_____ *Com efeito, embora esteja já delineado pelo actual Governo melhorias nesta Linha, consideramos que o seu traçado continua ineficaz, pois há uma ausência de ligação direta à capital, quer com interface aos transportes urbanos, quer ao porto de Lisboa, condiciona e torna pouco competitiva a existente oferta para o tráfego de passageiros e mercadorias ao longo da Linha do Oeste.* _____

_____ *Entra-se num ciclo vicioso. Ausência de tráfego justifica a não realização de investimentos; ausência de modernização da linha leva à diminuição de tráfego.* _____

_____ *A realidade é que a Região Oeste é das regiões que apresentam maior dinamismo económico do país (da fruticultura, horticultura e vitivinicultura, à produção industrial, nomeadamente na pasta do papel e nas rações para animais), mas também dinâmica populacional, com concelhos que apresentaram das mais altas taxas de crescimento de população no território continental entre os últimos dois recenseamentos.* _____

_____ *Face à dinâmica económica do Oeste, ao seu importante contributo para a recuperação da economia portuguesa e para o forte crescimento das exportações, face à necessidade que este processo de crescimento ocorra de forma sustentável, a Linha do Oeste deve ser analisada como um fator de desenvolvimento insubstituível.* _____

_____ *É igualmente de realçar que a dinamização do transporte de passageiros e de mercadorias através da Linha do Oeste para a capital terá também um impacto ambiental positivo, retirando muitas viaturas das rodovias do Oeste e da área metropolitana de Lisboa.* _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

___ Mas, para que o investimento previsto não seja desperdiçado, ao invés, possa ser potenciado, é fundamental que o desenvolvimento da Linha contemple a alteração do actual traçado que termina no Cacém, na Linha de Sintra, por um novo traçado a partir da Malveira, pelo vale do Trancão até à Linha do Norte em Sacavém, de modo a transportar os passageiros directamente para Lisboa e aproximar a produção do Oeste dos principais portos de exportação e assim contribuir, ainda mais, para o desenvolvimento do país. _____

___ Finalmente não podemos esquecer que o nosso Concelho de Sobral de Monte Agraço, tem uma ligação íntima com esta Linha pela nobre estação de Pero Negro assim como pelos apeadeiros de Gozundeira, Sapataria e Casais de São Martinho. _____

___ Sobral de Monte Agraço, 27 de Novembro de 2014 _____

___ Membro da Assembleia Municipal eleita pela Coligação “Juntos Pela Nossa Terra” _____

___ Rui Oliveira Alves _____

___ A enviar: À Presidente da Assembleia da República, Ao Secretário de Estado de Obras Públicas e Transportes, Aos Órgãos de Comunicação Social Locais (Radio Oásis e Badaladas)”

___ Colocada à votação a moção apresentada pela bancada do PPD/PSD, foi a mesma aprovada, por unanimidade. _____

___ De seguida, o membro Vítor Lourenço, informou que a bancada da CDU pretendia apresentar uma moção relativa ao Fundo de Apoio Municipal, que a seguir se transcreve: _____

___ **“Moção** _____

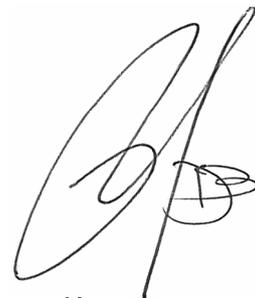
___ **Fundo de Apoio Municipal** _____

___ Considerando as dificuldades financeiras para que muitas autarquias foram arrastadas em resultado dos sucessivos cortes nas transferências do Orçamento do Estado, só no período compreendido entre 2010 e 2013, foram retirados às autarquias locais mais de 1.300 milhões de euros. _____

___ Considerando que o Fundo de Apoio Municipal (FAM), que o Governo pretende impor, constitui uma nova escalada na retirada de recursos da administração local, na destruição de políticas e de emprego públicos e na penalização das populações. _____

___ Considerando que o FAM prolonga e agrava a intromissão na autonomia do Poder Local Democrático e que não só não é solução para os municípios com reais problemas financeiros, como poderá arrastar outros para uma maior deterioração, e que assenta num modelo de mutualização da dívida – tudo factos que têm merecido a forte contestação de muitos municípios. _____

___ Considerando que o FAM viola a autonomia do poder local quando impõe o referido regime de mutualização obrigando à redução das transferências provenientes do OE, e impõe um conjunto de competências e atribuições dos municípios limitando a sua atividade. O município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

de Sobral de Monte Agraço será fortemente penalizado conforme se comprova já neste orçamento para 2015. _____

_____ Considerando que o FAM amplia o regime de penalizações assentes em coimas, acolhe uma intervenção direta na gestão dos municípios que se sobrepõe e ultrapassa o Tribunal de Contas, outorgando a uma entidade poderes de reprovar, reprogramar, redefinir prioridades e reestruturar a atividade municipal proposta, bem como faculta a esta Instituição poderes de parecer prévio ao Orçamento e a todas as suas revisões. _____

_____ Por via deste mecanismo, os municípios ficam obrigados a ajustamentos que podem passar pela imposição de taxas máximas para os impostos, preços, tarifas e valores cobrados pelos serviços de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos; ficam proibidos de conceder apoios directos e sujeitos à alienação de património municipal, à privatização de serviços e à redução drástica do número de trabalhadores. _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, reunida a 27 de Novembro de 2014, manifesta: _____

_____ O seu Repúdio pela imposição aos municípios deste novo instrumento de ataque ao Poder Local Democrático, à sua autonomia, capacidade de realização e possibilidade de resposta aos problemas e anseios das populações; _____

_____ A defesa pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de saneamento financeiro existentes e a reposição da autonomia, em respeito pelos princípios constitucionais, nomeadamente, entre outros, a reposição do IMT como receita municipal, o reforço da participação dos municípios nos impostos do Estado, a densificação do instrumento de saneamento financeiro com a introdução do processo negocial directo com os credores (incluindo os bancos), através da renegociação de montantes, prazos e juros; _____

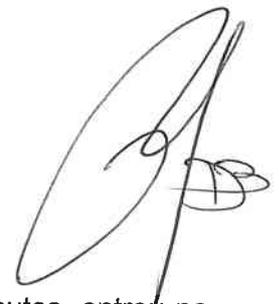
_____ A disponibilização pelo Estado de recursos financeiros, incluindo a prestação de garantias como complemento do processo de renegociação com os credores e de financiamento bancário para o saneamento financeiro, bem como ao estabelecimento de um plano de reequilíbrio financeiro que indique soluções que permitam resolver a situação de desequilíbrio sem onerar as populações e assegurando o funcionamento adequado dos serviços públicos; _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 27 de Novembro de 2014. _____

_____ Os eleitos da C.D.U. _____

_____ Enviar a: Ministro da Tutela das Autarquias, Ministra das Finanças, Grupos Parlamentares, A.N.M.P. _____

_____ Colocada à votação a moção apresentada pela bancada da CDU, foi a mesma aprovada, por maioria, com três abstenções, sendo duas do PS e uma do PPD/PSD. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, entrou na sala o membro Duarte Pacheco. _____

____ Foi, ainda, apresentada uma moção pela bancada da CDU, através do membro Vitor Lourenço, a qual se transcreve: _____

____ **“Moção** _____

____ **Água, um bem de todos, para todos** _____

____ Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária, na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, vêm expressar o seu contributo no sentido da afirmação de uma governação da água, ao serviço do progresso e do desenvolvimento, socialmente justo e ambientalmente responsável e sustentável, ao nível nacional e local. _____

____ A gestão da água tem sido feita pelo governo PSD/CDS com aprofundado afastamento da sua execução ao serviço dos interesses do País, da soberania e do seu desenvolvimento, ignorando os interesses da população, do seu bem-estar, da justiça social e da participação democrática na gestão desse bem, orientada por uma visão onde a privatização dos serviços públicos é uma bandeira da sua política governativa, que tem procurado encobrir e negar as suas reais intenções, através dessa acção. _____

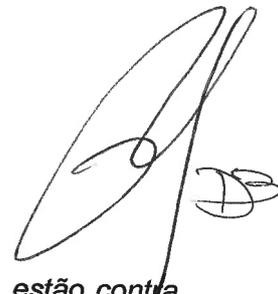
____ Não contente com isso, o Governo prossegue também a sua ofensiva contra o Poder Local e as competências que lhe foram consagradas do sector da água, que mais não é do que a centralização de gestão dos sistemas públicos, a apropriação dos activos municipais dos sistemas de água e saneamento e o posicionamento no acesso directo aos recursos financeiros gerados pelas tarifas pagas pelos munícipes utilizadores, com o fim de criar um negócio da água, que culminará sem dúvida na tentativa de impor um processo semelhante ao que sucedeu recentemente com o sector de resíduos (E.G.F.). _____

____ A prova desta agenda política do governo, foi o chumbo, pela maioria parlamentar PSD/CDS, do Projecto Lei nº 368/XII “Protecção dos Direitos Individuais e Comuns à Água” que foi resultado de uma iniciativa Legislativa de Cidadãos, que num exercício inédito de mobilização social, recolheu cerca de 45 mil assinaturas de apoio, excedendo em muito o mínimo da Lei. ____

____ Toda esta acção política e social é a voz da imensa maioria dos portugueses que querem continuar a manter o Estado como garante de uma governação da água ao serviço de Portugal e dos Portugueses e a gestão dos serviços públicos de água e saneamento em mãos públicas, no âmbito do controlo democrático, que a escolha popular e a participação cidadã garantem. ____

____ A água é um elemento natural que não conhece fronteiras é um bem comum da Humanidade, consagrado como Direito Humano pelas Nações Unidas, como tal acessível a todas as pessoas, que Portugal votou a favor. _____

____ Assim com base nestes pressupostos os Eleitos da C.D.U. : _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- *Afirmam a sua posição na defesa da gestão pública da água e do saneamento, estão contra todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, destes sectores e dos serviços que lhe dão corpo, construídos com dinheiros públicos e esforço da população.* _____

- *Afirmar que a água é um bem comum, necessário e estratégico para a soberania e desenvolvimento nacional, cuja gestão com estes objectivos, apenas o Estado está em condições de garantir.* _____

- *Afirmar que, por razões socioeconómicas a Administração Central jamais excluirá os portugueses do acesso dos serviços de abastecimento de água, criando políticas sociais que garantam esse acesso com dignidade.* _____

- *Manifestar a nossa solidariedade para com todos os que travam esta mesma batalha, nomeadamente os mais de 45 mil cidadãos que subscreveram a Iniciativa Legislativa de Cidadãos para a “Protecção dos Direitos Individuais e Comuns á Água”, cujos objectivos correspondem á vontade da esmagadora maioria dos Portugueses e concretizam as disposições constitucionais sobre a água e a sua gestão.* _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 27 de Novembro de 2014 _____

_____ Os Eleitos da C.D.U. – Coligação Democrática Unitária. _____

_____ *Enviar esta Moção: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Ministro do Ambiente Ordenamento do Território e Energia, Grupos Parlamentares, Juntas de Freguesia do Concelho, Oeste-CIM, Assembleia Intermunicipal do Oeste, População do Concelho e Comunicação Social.”* _____

_____ *Colocada à votação a moção apresentada pela bancada da CDU, foi a mesma aprovada, por maioria, com três votos contra, sendo dois do PPD/PSD e um do CDS/PP.* _____

_____ *De seguida, o membro Vítor Lourenço informou que a bancada da CDU, pretendia apresentar uma outra moção, a qual se transcreve:* _____

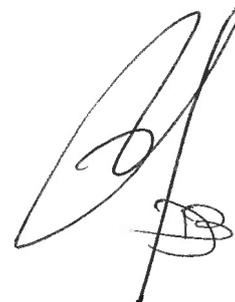
_____ **“Tomada de posição da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço sobre o Orçamento de Estado para 2015.** _____

_____ *- O Governo PSD/CDS aprovou recentemente o Orçamento de Estado para 2015.* _____

_____ *Tal como é afirmado no último comunicado da Associação Nacional de Municípios Portugueses, este é um orçamento de continuidade “nas restrições à autonomia e gestão do Poder Local”.* _____

_____ *2015 será um ano marcado, de novo, não só pela asfixia financeira das autarquias como também por uma ingerência inaceitável do Poder Central às mesmas.* _____

_____ *O ano que vem vai ser um ano de difícil gestão. Prova disso é que neste OE de 2015 insiste-se muito na chamada “fiscalidade verde” mas continua omissa qualquer medida relativa,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRACO

por exemplo, à redução para a taxa mínima do IVA aplicável à iluminação pública que **passou de 6% para 23%**. _____

_____ As autarquias continuam sem saber como se chega aos valores das transferências do Estado, não há cálculos nem indicadores que possam confirmar se os valores estão correctos, à luz da lei que os determina. _____

_____ Não obstante a Câmara Municipal ver aumentadas as suas transferências em cerca de 111 mil euros, a realidade é que, em termos acumulados, desde 2010, o Município sofreu cortes sucessivos que ascendem a 1,5 milhões de euros. Esta verba daria para a construção de mais um Centro Escolar, alcatroar as estradas municipais mais degradadas ou ainda para projectos afectos à 3ª idade ou creches para os mais novos, etc. _____

_____ As autarquias continuam a ser obrigadas a despedir e a não poder contratar trabalhadores fazendo-se, assim, tábua rasa da realidade específica e das necessidades de cada um dos concelhos. _____

_____ As autarquias continuam a ser condicionadas por diplomas legislativos impeditivos de uma gestão corrente eficaz e desburocratizada. _____

_____ Este OE 2015, prossegue uma política de destruição salarial nomeadamente no que aos trabalhadores da administração pública diz respeito. A manutenção do congelamento dos salários, que se verifica desde 2010, consubstancia já uma quebra de 8,3%, do salário real destes trabalhadores. _____

_____ A manutenção da norma que reduz os montantes pagos pelas horas extraordinárias, muitas vezes a solução para colmatar a falta de trabalhadores que assegurem as actividades da autarquia, é inaceitável. São cortes na ordem dos quase 40% no pagamento da 1ª hora de trabalho extraordinário (passando de 50 para 12,5%), ou de mais de 50% nas horas seguintes (passando de 75 para 18,75%). _____

_____ Este orçamento mantém ainda o pagamento de subsídio de Natal de forma fraccionada, o que confirma que este governo mentiu quando afirmou que esta seria uma medida provisória e não definitiva, como agora se afigura. _____

_____ Ainda no que diz respeito aos trabalhadores, este OE 2015, mantém o congelamento das carreiras, dos prémios de desempenho e a não alteração do valor do subsídio de almoço. _____

_____ A dimensão do "roubo" na Função Pública cifra-se em 9.833 milhões de euros no período de 2011 a 2015: _____

- 1.700 milhões de congelamentos de salários. _____

- 4.400 milhões de cortes salariais. _____

- 1.200 milhões pela apropriação de subsídios em 2012. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

- 1.486 milhões com a imposição de trabalho gratuito (aumento da semana de trabalho de 35 para 40 horas). _____

- 1.047 milhões por via da redução de funcionários e aumento da carga de trabalho (menos 122 mil postos de trabalho desde 2009). _____

Esta política de depauperação da administração pública é consubstanciada não só no contínuo ataque aos direitos dos trabalhadores, como atrás foi referido, mas também na contínua redução dos mesmos. Com efeito, desde 2009, já são menos 122 mil trabalhadores no sector público, o que de forma paulatina, põe em causa a prestação do serviço público às populações de forma competente e eficaz e empurra para a solução de privatização de alguns serviços. ____

____ Aliás, prova da intenção de continuação desta política é a norma constante neste Orçamento, que propõe um infundado limite de 35% de despesas com pessoal, o que a ser cumprido, inviabilizaria por completo a prestação do serviço público às populações. _____

____ Os trabalhadores são o principal activo da nossa Câmara Municipal e esta permanentemente afronta não pode e nem será tolerada por esta Assembleia Municipal. _____

____ Também no que diz respeito à componente social, este orçamento de estado é restritivo e atentatório de direitos constitucionalmente consagrados. Este OE prevê um corte de cerca de 100 milhões de euros nas prestações sociais. _____

____ Mais uma vez, a educação sofrerá cortes inaceitáveis, desta vez serão cerca de 700 milhões de euros a menos nos níveis de ensino básico e secundário. Este corte faz parte de uma política de desresponsabilização do governo nesta área e serve de argumento para a descentralização de cada vez mais competências para as autarquias, em matéria de educação, sem os devidos meios financeiros. _____

____ Este é um orçamento de uma brutal injustiça fiscal, um orçamento que, em detrimento das famílias, concede apoios financeiros aos grandes grupos económicos e financeiros; um orçamento que dificultará ainda mais a vida dos portugueses, em que a população do nosso Concelho de Sobral de Monte Agraço se inclui. _____

____ Por tudo o que já foi referido, a Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço associa-se à Associação Nacional de Municípios Portugueses e reafirma o seu total e inequívoco desacordo a este OE 2015. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 27 de Novembro de 2014. _____

____ Os eleitos da C.D.U. _____

____ Enviar esta moção a: 1º Ministro, Ministra das Finanças, Grupos Parlamentares, A.N.M.P. Site do Município." _____

____ Colocada à votação a moção apresentada pela bancada da CDU, foi a mesma aprovada, por maioria, com três votos contra, sendo dois do PPD/PSD e um do CDS/PP. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

____ Seguidamente, o membro Artur Costa, informou que a bancada do CDS/PP gostaria de apresentar uma moção, a qual a seguir se transcreve: _____

____ **"Moção"** _____

____ 39 Anos do 25 de Novembro de 1975 _____

____ Em 25 de Novembro de 1975 terminou o período a que se convencionou chamar PREC (Processo Revolucionário Em Curso). _____

____ O PREC representou a tentativa das forças políticas de alguma esquerda não democrática, e das forças militares que apoiavam essa facção, tomarem a liderança do processo de libertação iniciado em 25 de Abril de 1974. _____

____ Estas forças, com particular destaque para os partidos tradicionalmente designados de extrema-esquerda, tudo fizeram para bloquear a construção de uma Democracia pluralista e de cariz ocidental. _____

____ A violência gerada durante este período foi transversal a toda a sociedade no confronto entre aqueles que defendiam a ideologia antidemocrática dos promotores do PREC (como se 50 anos de ditadura não bastassem ao povo português) e as ideologias democráticas, pluralistas e humanistas. _____

____ Sem o esforço dos militares, com especial destaque para Jaime Neves e Ramalho Eanes apoiados pelos partidos democráticos, e de muitos outros cidadãos, que arriscaram as suas vidas nos combates desse dia, a Democracia dificilmente teria sobrevivido se teria consolidado. _____

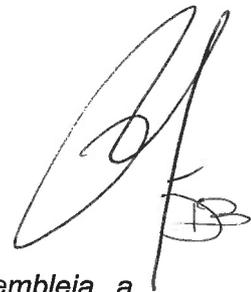
____ Com todas as imperfeições de qualquer democracia, o CDS/PP acredita e defende que esta continua a ser a única forma de regime político aceitável, dando voz ao povo para que em eleições livres possa decidir em consciência a forma como pretende ser governados. _____

____ A História deu razão a todos aqueles que assim pensaram, nunca tendo, até hoje, dado permitido que Portugal fosse governado por partidos antidemocráticos. _____

____ Mesmo com os percalços de uma Constituição, à qual o CDS se opôs por esta pugnar, no seu preâmbulo por "uma sociedade socialista", ainda não fosse essa a vontade de todos os portugueses, o "25 de Novembro" permitiu que, se implantasse, de facto, a Liberdade que ao longo destas décadas tem permitido aos portugueses serem donos do seu destino! _____

____ Por estas razões, o CDS-PP reconhece que, face às dificuldades do contexto social e político da época, foi o "25 de Novembro" que tornou possível salvar o essencial da Democracia e que este processo foi obra de verdadeiros heróis, cuja história e memória importa preservar e assinalar, defendendo o que de mais precioso o 25 de Abril consagrou: a nossa Liberdade. _____

____ Foi em nome dos valores da Liberdade e do Pluralismo que o CDS/PP aprovou recentemente a atribuição da Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro à Associação 25 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

Abril, e é em nome desses mesmos valores que o CDS/PP submete, a esta Assembleia, a presente Moção. _____

_____ Assim, o membro do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, reunida a 27 de Novembro de 2014, que: _____

_____ Aprove um voto de louvor dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 27 de Novembro de 2014 _____

_____ O membro do CDS-PP” _____

_____ Com a anuência do Senhor Presidente, o membro Fernando Lopes, disse que relativamente à moção apresentada, tinha ficado com a sensação de que se pretendia fazer crer que os militares intitulados de extrema-esquerda, pela extrema-direita, passaram, num ápice, de heróis a vilões. _____

_____ O membro Vitor Lourenço, na sequência da intervenção do membro Fernando Lopes, disse que continuam a existir muitos “fantasmas no ar”. _____

_____ Colocada à votação a moção apresentada pela bancada do CDS/PP, foi a mesma rejeitada, tendo obtido quatro votos a favor, sendo um do PS, um do CDS/PP e dois do PPD/PSD, três abstenções do PS, e dez votos contra da CDU. _____

_____ De seguida, o membro Rui Alves, referiu que a bancada do PPD/PSD, pretendia apresentar uma moção que a seguir se transcreve: _____

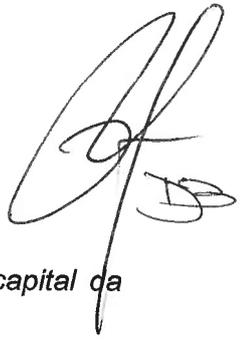
_____ **“Moção** _____

_____ (25 anos da Queda do Muro de Berlim) _____

_____ No presente ano celebramos duas importantes datas “redondas” com a mesma conquista: “a Liberdade”. A revolução de 25 de Abril de 1974, que este ano celebrou 40 anos, e a queda do muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989, há 25 anos. _____

_____ O Muro de Berlim foi uma construção erguida em 1961 pelo regime socialista da extinta República Democrática Alemã, também conhecida como Alemanha de Leste, que se destinou a separar em duas áreas a cidade de Berlim, que após a II Guerra Mundial foi dividida em um sector democrático pró ocidental e outro comunista sob a égide da ex-União Soviética. A construção deste condenável símbolo da Guerra Fria iniciou-se a 13 de agosto de 1961, estendendo-se por 37 quilómetros na cidade de Berlim e separando cerca de 3 milhões de habitantes. _____

_____ Com a derrota da Alemanha, cada país vencedor quis uma parte da cidade de Berlim. Assim, Berlim Ocidental foi anexada à nascente República Federal da Alemanha e ocupada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

pelas forças aliadas dos EUA, França e Inglaterra. E Berlim Oriental tornou-se na capital da República Democrata Alemã, país do bloco soviético. _____

_____ *A tensão entre as duas "Alemanhas" intensificou-se aquando do lançamento do Plano Marshall, destinado a ajudar economicamente todos os países europeus do bloco democrático/ocidentais afectados pela guerra. Josef Stalin, Ex-Secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da URSS, contrariado, resolveu impor um bloqueio a Berlim Ocidental, fechando todas as vias de comunicação. O objectivo soviético era forçar os aliados a abandonar o controle de seu sector da cidade, porém tal manobra não deu os resultados desejados, pois os americanos quebraram o bloqueio.* _____

_____ *Volta-se a agravar a situação no início da década de 1960, pois havia aumentado expressivamente o número de cidadãos do lado oriental que "fugiam" para o lado ocidental, alarmando as autoridades da Alemanha Oriental. Para evitar qualquer possível contacto com o mundo capitalista foi então construído o muro que iria manchar indelevelmente a história contemporânea europeia.* _____

_____ *Por trás da construção do muro estava Walter Ulbricht, secretário geral do partido comunista da Alemanha Oriental, e Nikita Khrushchov, ex-Secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da URSS, que viram em sua construção um modo de desafiar os EUA. Durante sua existência, a vigilância ferrenha promovida pelas tropas orientais foi responsável pelas mortes de muitos que desafiaram o regime oriental e decidiram ultrapassá-lo.* _____

_____ *O colapso da União Soviética e dos seus países satélites no Leste Europeu acabou por ditar o derrube do muro da vergonha, terminando assim um dos símbolos máximos da opressão dos regimes socialistas. O desmoronamento do muro é também símbolo do fim da Guerra Fria e o marco inicial da unificação da Alemanha.* _____

_____ *Esta moção propõe-se celebrar e prestar aqui hoje a homenagem à vitória da "Cidadania", "Liberdade" e da "Democracia" pelos 25 anos da queda do muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989.* _____

_____ *Sobral de Monte Agraço, 27 de Novembro de 2014* _____

_____ *O eleito pela Coligação "Juntos Pela Nossa Terra"* _____

_____ *Rui Oliveira Alves* _____

_____ *A enviar acompanhada com extracto da ata com a devida votação final: Ao Presidente da Republica, À Presidente da Assembleia da República, Ao Sr. Primeiro Ministro, Sua Excelência Sr. Embaixador da Alemanha em Portugal, Aos Órgãos de Comunicação Social: (Badaladas e Radio Oásis)".* _____

_____ *O membro Rui Corado na sequência da moção apresentada disse que supõe que se pretenda saudar o 25 de abril de 1974 e a queda do muro de Berlim. Referiu, ainda que é*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

importante saudar a queda do muro de Berlim, mas será, também, fundamental não esquecer a existência de todos os outros muros que dividem as pessoas, quer sejam eles reais ou virtuais. Por fim disse concordar com a moção apresentada, pelo que irá votar favoravelmente a mesma.

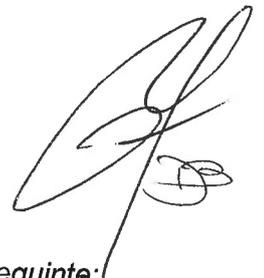
___ O membro Vitor Lourenço, com a anuência do Senhor Presidente, disse que sobre a moção apresentada pelo PSD/PSD, a bancada da CDU esclarece: *“A campanha política, ideológica, institucional e mediática em torno dos 20 anos da chamada «queda do muro de Berlim» foi massivamente difundida pelos media e conduzida por uma assinalável «santa aliança» anticomunista entre extrema-direita, direita, social-democracia, ex-comunistas e a chamada «nova esquerda».* _____

___ *As classes dominantes recorrem, mais uma vez, à revisão da história para erigir com estas «comemorações» uma gigantesca farsa que tenta apresentar o acontecimento como uma «revolução», uma vitória do «bem» sobre o «mal», um acto de «libertação», ocultando simultaneamente a História e as reais razões da construção do Muro como as provocações e as acções militares e de espionagem hostis dos EUA, Grã-Bretanha e França contra a RDA e o campo socialista, sinalizadas logo no início do pós-guerra.* _____

___ *Ouvem-se mais uma vez os discursos da liberdade e democracia. Mas aqueles que os pronunciam são os mesmos que esmagam com a força dos seus exércitos a liberdade e a soberania de vários povos; são os mesmos que sequestram e torturam nos mais variados pontos do Mundo; que apoiam e financiam a matança e os crimes em Israel; que apoiam por baixo da mesa os golpistas nas Honduras; que espezinham na Europa a democracia e a vontade expressa dos povos.* _____

___ *Ouvem-se mais uma vez os discursos triunfantes do capitalismo e da derrota definitiva do socialismo. Por isso se oculta o desastre económico e social resultante de duas décadas de introdução do capitalismo no leste europeu. O reconhecimento das conquistas reais do socialismo na RDA (pleno emprego, educação de excelente nível, acesso generalizado à cultura e ao desporto, saúde universal e gratuita, habitação a muito baixo preço, entre várias outras) é assunto tabu, como tabu é o reconhecimento das sucessivas sondagens e estudos realizados na RDA e outros países ex-socialistas em que a maioria dos inquiridos considera viver hoje pior que no tempo do Socialismo.* _____

___ *O conteúdo, os protagonistas e o estilo desta campanha mundial diz muito sobre os tempos que vivemos, sobre os objectivos de quem a promove e sobre o seu alvo preferencial: os comunistas e a capacidade dos povos de sonharem, lutarem e concretizarem a real e possível alternativa ao capitalismo e à profunda crise que o corrói – o Socialismo. Mas a correria em que andam os Fukuyamas deste mundo a propósito dos 20 anos da «queda do muro» não é sinal de segurança. É sinal de fraqueza...* _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

___ O Desastre económico e social resultante da “queda do muro de Berlim” foi o seguinte: ___

___ Nos vários países de Leste o PIB foi reduzido em quase 50%; a inflação subiu para níveis astronómicos, nunca antes imaginados; o desemprego (que era nulo) disparou para muitos milhares de desempregados; as desigualdades aprofundaram-se para níveis assustadores e mais de 100 milhões de pessoas foram atiradas para a pobreza. Foram imensas as mortes na década de 90, de pessoas que não resistiram à destruição de áreas como a saúde, a habitação e a protecção social. _____

___ Na Alemanha de Leste 85% das empresas foram apropriadas pelo grande capital alemão e a produção industrial caiu para um terço. Inúmeras bases militares foram construídas nos países de Leste e muitos servem hoje de bases à NATO, que apoia forças racistas e xenófobas, como por exemplo na Ucrânia. _____

___ Apesar dos erros cometidos e dos desvios praticados, foram tão importantes as conquistas no campo do Emprego, da Industrialização, da Ciência, da Educação, da Saúde, da Habitação, dos Direitos Sociais e Laborais, Culturais e Nacionais, que hoje mais de 60% dessas populações reconhecem que tinham mais qualidade de vida há 30 anos do que têm hoje e são muitas as sondagens e estudos (ambos escondidos) que mostram saudade e falta desse tempo. _____

___ O Muro de Berlim tinha 162 Km e nele morreram 136 pessoas. _____

___ Outros muros (mas há muitos mais): _____

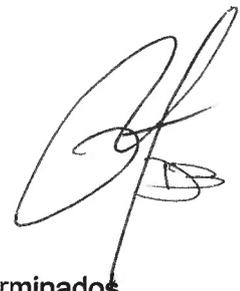
___ 1 – Muro que separa os Estados Unidos do México: tem 3140 Km (19 x mais longo que o de Berlim) e começou a ser construído em 1991 (2 anos depois da queda do de Berlim) sob o nome “Operação Guardiã. Em Tijuana (México) estão mais de 5600 cruces pregadas no muro, que identificam os mexicanos que o tentaram passar e foram assassinados pelas tropas dos Estados Unidos. _____

___ 2 – Muro que separa Marrocos do Saara Ocidental e empurra o Povo Sarauí para o Deserto: tem 2700 Km e bunkers e terreno minado ao longo de toda a sua extensão. Já causou mais de 7000 mortos. _____

___ 3 – Muro que separa Israel da Palestina: construído em 2002, o “Muro da Vergonha” separa Israel da Cisjordânia e neste momento tem 440 Km, mas está previsto chegar aos 700 Km. Empurra o povo palestiniano para o deserto, sendo a sua defesa “desculpa” para constantes ataques a Gaza, que já causaram muitos milhares de mortes, grande parte delas em crianças. ___

___ Esta é a nossa resposta á moção apresentada pelo PSD/CDS em que manifestamente a nossa posição é contrária, a não ser que a moção seja alterada e que contemple, da mesma forma, os muros atrás referidos, aí sim alteramos a nossa posição.” _____

___ O membro Duarte Pacheco solicitando a palavra começou a sua intervenção por dizer que respeita e aceita visões diferentes sobre as mesmas realidades mas em democracia e em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

liberdade é necessário haver alguma uniformização na forma como tratamos determinados assuntos. Assim, referiu não achar correto que se iguale o Muro de Berlim a outros muros, justificando, deste modo, a sua existência. Lembrou que em democracia as pessoas são livres de fazer as suas opções políticas, no entanto, fica perplexo quando constata que continua a existir quem, após tantos anos, defenda acerrimamente os regimes totalitários. Terminou a sua intervenção referindo que seria, certamente, uma mais valia estarmos unidos na liberdade e em democracia, sem pretendermos reescrever a história. _____

_____ O membro Vitor Lourenço disse respeitar a intervenção do membro Duarte Pacheco, mas que não recebe lições de moral, pois sabe muito bem o que é democracia, sublinhando que caso a moção apresentada tivesse identificado outros muros, estaria disponível para votar favoravelmente. _____

_____ O membro Rui Alves esclareceu que a bancada do PPD/PSD na moção apresentada não acrescentará qualquer referência a outros muros, ou seja, a mesma continuará a fazer alusão somente aos 25 anos da queda do muro de Berlim. _____

_____ Colocada à votação a moção apresentada pela bancada do PPD/PSD, foi a mesma rejeitada, com cinco abstenções, sendo três do PS e duas da CDU, quatro votos a favor sendo dois do PPD/PSD, um do CDS/PP e um do PS, e oito votos contra da CDU. _____

_____ **Ordem do Dia:** _____

_____ Seguidamente o Senhor Presidente solicitou ao primeiro Secretário da Assembleia Municipal para proceder à leitura da ordem do dia para a presente sessão, da qual constam os seguintes pontos: _____

_____ **Ponto Um:** Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 26 de setembro de 2014; _____

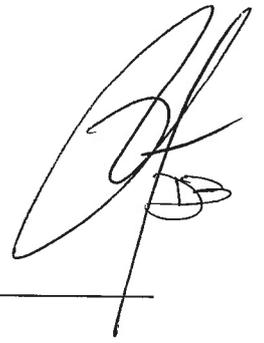
_____ **Ponto Dois:** Apreciação de uma informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos do disposto na al. c), do n.º 2, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

_____ **Ponto Três:** Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015; _____

_____ **Ponto Quatro:** Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais – al. c), do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e art. 12.º do DL 127/2012, de 21 de junho; _____

_____ **Ponto Cinco:** Discussão e votação do Mapa de Pessoal 2015 - (art. 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho); _____

_____ **Ponto Seis:** Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal – Carreira Geral – Técnico Superior (DAF) - Pedido de confirmação da autorização da Assembleia Municipal; _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRACO

___ **Ponto Sete:** Outros assuntos de interesse do Município. _____

___ Seguiu-se o Ponto Número Um. _____

___ **Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 26 de setembro de 2014** _____

___ **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos membros Rui Alves (PPD/PSD), Maria das Dores (PS) e Vítor Lourenço (CDU), aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata. Os membros que se abstiveram invocaram o facto de não terem estado presentes na sessão da Assembleia a que a referida ata respeitava. _____

___ Seguiu-se o Ponto Número Dois. _____

___ **Apreciação de uma informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos do disposto na al. c), do n.º 2, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro** _____

___ Antes de proceder à leitura da informação o Senhor Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente, informou que devido aos fortes ventos e à forte precipitação que está a assolar muitas regiões do país, incluindo o concelho de Sobral de Monte Agraço, o mesmo se encontra em alerta amarelo até às três da madrugada. _____

___ **“INFORMAÇÃO DO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA AL. C), DO N.º 2, DO ART. 25.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** _____

___ **PAVILHÃO MUNICIPAL / EDIFÍCIO MULTI-SERVIÇOS** _____

___ *Após a conclusão dos trabalhos de desaterro e de terraplanagem, iniciou-se a obra do Pavilhão Municipal. As condições climatéricas estão a condicionar substancialmente o normal desenrolar desta importante obra para o Concelho.* _____

___ **CASA MORTUÁRIA** _____

___ *Decorrem os acabamentos da Casa Mortuária de Sobral de Monte Agraço, estando em fase de conclusão os trabalhos de caixilharias e revestimentos interiores.* _____

___ **REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO URBANO - PARQUE DE APOIO À AVENIDA MARQUÊS DE POMBAL**

___ *Foram concluídos os trabalhos de requalificação urbanística do parque de estacionamento e do espaço envolvente.* _____

___ **ENCONTRO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO CONCELHO** _____

___ *Realizou-se, no passado dia 8 de novembro, o I Encontro do Movimento Associativo Concelhio. Esta iniciativa permitiu definir e delinear algumas das linhas de trabalho a desenvolver com as Coletividades e Associações, havendo ainda oportunidade para a partilha de experiências entre os vários participantes.* _____

___ *Por parte do Município houve oportunidade para apresentar e dar a conhecer o enquadramento legal dos apoios que presta às associações do Concelho.* _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

_____ Neste Encontro, que contou com a presença de dezenas de dirigentes associativos, participou também a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, representada pelo seu presidente, Dr. Augusto Flor. _____

_____ Nesta iniciativa, realizada num momento de sérias dificuldades económicas e sociais, foi valorizado o papel das associações junto das comunidades locais. O Município firmou, ainda, o compromisso de estabelecer um protocolo com a Confederação Portuguesa das Coletividades que possibilite a realização de ações de formação e de outras iniciativas dirigidas às associações. _____

NOVO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM)

_____ Realizou-se no dia 12 de novembro a primeira reunião plenária da Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço. Nesta sessão foram aprovados os regulamentos de organização e funcionamento da CA, o Programa e Cronograma dos trabalhos de revisão, foi também apresentado o Relatório de Fundamentação e as bases cartográficas a utilizar. Procedeu-se, ainda, à análise dos programas setoriais e das orientações políticas com incidência nos trabalhos a desenvolver na revisão desta importante ferramenta para o desenvolvimento sustentado do Concelho. _____

CRIAÇÃO DO DIA NACIONAL DAS LINHAS DE TORRES – 20 DE OUTUBRO

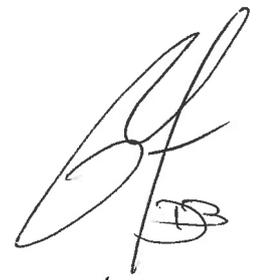
_____ Na sequência da entrega na Assembleia da República, ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Reino Unido a proposta de criação do Dia Nacional das Linhas de Torres elaborada pela Associação da RHLT, o parlamento aprovou, a 17 de outubro, a criação do dia nacional das Linhas de Torres em "homenagem à resistência do povo português aliada à estratégia e engenharia militar" do "mais notável conjunto de fortificações das Guerras Napoleónicas" que se assinalará a 20 de Outubro. _____

_____ "A criação do Dia Nacional das Linhas de Torres propõe ser uma justa homenagem à memória e resistência do povo português aliada à estratégia e engenharia militar. Ao espírito de sacrifício de todos aqueles que lutaram contra o invasor, fosse integrando o exército aliado, construindo as fortificações ou abandonando as suas casas e destruindo os seus bens, privando o exército invasor de se alimentar no terreno mas, também, pondo em causa a subsistência dos compatriotas e o futuro do país", lê-se na deliberação. _____

_____ Esta foi uma importante iniciativa que confere mais um merecido reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Município de Sobral de Monte de Agraço e restantes parceiros, na preservação deste importante património cultural e turístico. _____

TRANSPORTE PÚBLICO PARA O HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO

_____ O serviço público de transportes para o Hospital de Loures foi interrompido de 3 a 7 de novembro. A pressão do Município e a colaboração de todas as entidades intervenientes neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

processo, que reuniram com carácter de urgência, foram fundamentais para desbloquear esta situação, que penaliza a população do concelho. Na sequência da reunião, o serviço foi retomado no dia 10 de Novembro, nos moldes em que funcionava a quando da interrupção. ____

____ Presentemente, um grupo técnico, com representantes de várias entidades, está a trabalhar num projeto que possibilite a implementação de uma solução consistente e definitiva. _

____ O Presidente da Câmara, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º” _____

____ Anexa à informação transcrita, foi também disponibilizada informação financeira, informação da atividade municipal e relatório de execução do PAEL. _____

____ O Senhor Presidente informou que tinha em sua posse a resposta do Senhor Presidente da Câmara aos requerimentos e pedidos de informação apresentados pela bancada do PS à mesa da Assembleia Municipal, procedendo à sua entrega no final da presente sessão. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Três. _____

____ **Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 31 de outubro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ “ **CERTIDÃO n.º 65/2014** _____

____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 29 de outubro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

____ **“ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.1 – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015.** _____

____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, por maioria, com um voto contra da Coligação “Juntos pela Nossa Terra” e uma abstenção do PS, aprovar as Grandes Opções do Plano, para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na al. c), do n.º 1, do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

____ Mais deliberou, por maioria, com um voto contra da Coligação “Juntos pela Nossa Terra” e uma abstenção do PS, aprovar o Orçamento, para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na al. c), do n.º 1, do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

____ Deliberou, ainda, por unanimidade, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na al. c), do n.º 1, do art. 33.º e al. a), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2014, do Município de Sobral de Monte Agraço”. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 31 de outubro de 2014. _____

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite” _____

____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

____ **Proposta** _____

____ **Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) Nos termos do disposto na al. c), do n.º 1, do art. 33.º da Lei 75/2012, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento; _____
- b) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, nos termos do disposto na al. a), do n.º 1, do art. 25.º do diploma supra referido; _____
- c) Foram elaborados os documentos referentes às Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2015, conforme documentos anexos à presente proposta, da qual fazem parte integrante para os devidos e legais efeitos; _____
- d) Na reunião extraordinária de 29 de outubro de 2014, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprovou, *por maioria*, com um voto contra da Coligação “Juntos pela Nossa Terra” e uma abstenção do PS, aprovar as Grandes Opções do Plano, para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na al. c), do n.º 1, do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- e) Deliberou, ainda, por maioria, com um voto contra da Coligação “Juntos pela Nossa Terra” e uma abstenção do PS, aprovar o Orçamento, para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na al. c), do n.º 1, do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- f) Deliberou, também, por unanimidade, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na al. c), do n.º 1, do art. 33.º e al. a), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2014, do Município de Sobral de Monte Agraço. _____

____ **Propõe-se que:** _____

____ 1 - A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere a aprovação das Grandes Opções do Plano, para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na al. a), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

___ 2 - A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere a aprovação do Orçamento, para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na al. a), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

___ Sobral de Monte Agraço, 19 de novembro de 2014 _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.”_

___ O membro André Lourenço, quanto a este ponto da ordem do dia, procedeu à leitura de um texto, que a seguir se transcreve: _____

___ “Á mesa da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço _____

___ **Ponto 3. Grandes Opções do Plano e do Orçamento de 2015** _____

___ À semelhança das GOP relativas a 2014 verifica-se que a proposta do executivo para 2015 se consubstancia num documento genérico, circunscrito a grandes linhas de atuação, que não permitem efetuar uma relação direta com a dotação afeta aos projetos que visam cumprir os compromissos assumidos neste documento. _____

___ O exaustivo enquadramento inicial reflete a situação de estagnação da economia portuguesa, que se seguiu a um período de destruição do tecido produtivo português e de destruição do emprego, bem como a um aumento da taxa de desemprego para níveis nunca antes vistos em democracia em Portugal, com reflexos dramáticos para a vida dos portugueses.

___ Contudo, e se é certo que o atual contexto é de fortes restrições orçamentais, as quais condicionam a atuação da Administração Pública (Central e Local), consideramos que o executivo camarário deve, por um lado, utilizar os recursos disponíveis (quer humanos, quer materiais) de forma eficiente, afetando-os a projetos que tenham uma visão de longo prazo para o concelho, designadamente através de projetos que promovam o emprego, e por outro lado, reforçar num contexto de grave crise social e económica áreas como a ação social, a educação ou a saúde. _____

___ Da informação disponibilizada, verificamos contudo que algumas áreas determinantes para o desenvolvimento económico e social do concelho, e para a promoção do bem-estar dos munícipes, continuarão a ter um peso reduzido no orçamento municipal em 2015. _____

___ A título de exemplo, veja-se que 24,5% do orçamento para as GOP de 2015 destina-se aos Serviços Municipais e Juntas de Freguesia, enquanto a Ação Social representa apenas 0,8%, a Saúde representa apenas 0,3%, e a educação reduz o seu peso, de 14,1% no Orçamento de 2014 para 13,4% no Orçamento de 2015, passando a ter uma expressão inferior à cultura e desporto, com 13,7%. Importa pois salientar que a aposta na educação é fundamental, e traduz aquela que é a visão política a longo prazo. É certo que os resultados de uma efetiva aposta na educação não são visíveis a curto prazo, mas não se compreende como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

é que numa autarquia que tem na condução dos seus destinos, há quase 4 décadas, a mesma força política, esta continua a não apostar fortemente na área da educação. _____

_____ Se é certo que existem restrições e constrangimentos na gestão das autarquias locais, não nos parece que seja solução apontar exclusivamente o dedo às medidas de política que têm vindo a ser adoptadas (independentemente de se verificarem nefastas para o país), utilizando-as repetidamente como desculpa para a ausência de inovação autárquica. _____

_____ Quando analisamos o Orçamento numa perspectiva de Grandes Opções do Plano, estamos em simultâneo a avaliar quais são verdadeiramente as medidas de política do órgão executivo, uma vez que não estão contempladas nessa análise as denominadas despesas correntes fixas, nomeadamente as despesas com pessoal. _____

_____ Cabe pois a cada autarquia, encontrar soluções dentro do orçamento disponível, procurar parceiras e sinergias e (muito importante) apostar nas áreas mais relevantes e que melhor servem os munícipes. _____

_____ A proposta do executivo é contudo uma proposta de continuidade, que comodamente afeta a dotação disponível sem uma visão estratégica para o concelho. Não há dúvida que é preciso fazer mais com menos, mas também é preciso canalizar a dotação disponível de uma forma equilibrada e coerente. _____

_____ Áreas tão relevantes como a captação de investimento para o concelho, que não se limite a benefícios em sede de IMI, cujo efeito prático se desconhece (apesar dos pedidos nesse sentido feito diversas vezes pelos deputados do PS, sem resposta), a promoção do concelho para fora do concelho, através de mercados e feiras convenientemente divulgados, ou a aposta na zona industrial são algumas medidas, entre muitos outros exemplos, para as quais deixamos aqui o repto. _____

_____ Consideramos que as potencialidades do concelho devem ser promovidas e desenvolvidas, para que se torne atrativo para as empresas. Apenas com investimento se cria emprego e apenas com emprego é possível fixar a população. _____

_____ Verifica-se ainda que foram abertas algumas rubricas, com uma dotação irrisória, mas cuja concretização em 2015 implicaria um reforço relativamente significativo, como por exemplo, o "Circuito de Manutenção na Vila de Sobral de Monte Agraço" ou o "Parque Radical" ou a "Requalificação da Praceta das Bandorreiras", com uma dotação de 100 euros cada". Também o Projeto "Creche da Sapataria" se encontra inscrito com 100 euros em "obras"... _____

_____ Será objetivo da autarquia avançar em 2015 com algum destes projetos, tal como o fez com a Casa Mortuária, cujo projeto estava inscrito no orçamento de 2013 apenas com 100 euros e que acabou por se iniciar pouco antes das eleições autárquicas e representar só nesse ano, na denominada "lã fase" uma despesa de, cerca de, 50.000 euros? À semelhança daquele

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

projeto, também estes correspondem a investimentos significativos, com uma forte probabilidade da sua execução ser plurianual. _____

____ Perguntamos ainda qual é o ponto de situação da promessa eleitoral da CDU, relativamente à resposta para os idosos (eventualmente centro de dia) na Sapataria. Há mais de um ano que o executivo anunciou a disponibilização de um espaço, contudo não temos conhecimento se foram ou não realizadas obras. Para quando está prevista a disponibilização deste serviço? _____

____ Por último, verifica-se que mais uma vez apenas estão inscritas despesas plurianuais nos projetos na aquisição de água para venda e na aquisição de serviços de recolha e tratamento de efluentes, não se percebendo mais uma vez qual o critério utilizado, uma vez que outros projetos apresentam características similares de continuidade de despesa para os anos seguintes (por exemplo nos serviços auxiliares de ensino que incluem o transporte escolar, entre muitos outros exemplos que poderiam ser apresentados). _____

____ Por todos os factos expostos os deputados do PS não se revêm nas opções estratégicas apresentadas nas GOP e conseqüentemente na proposta de Orçamento para 2015 por considerarmos que estas não refletem as apostas que consideramos essenciais para o concelho, em particular no atual contexto de dificuldade para as famílias e para as empresas. ____

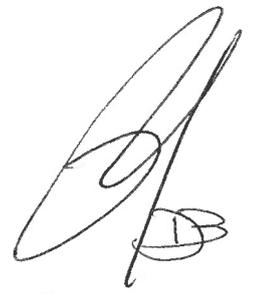
____ Este é um orçamento de continuidade que não responde às necessidades do concelho e dos seus habitantes, que denota a enorme dificuldade ou resistência deste executivo à implementação de novas iniciativas que possam ser uma mais-valia para o concelho, e que se traduz numa ausência de novas ideias que promovam parcerias efetivas com a comunidade local, com os organismos da administração pública central, com autarquias limítrofes, entre outros possíveis. _____

____ Por se tratar de uma intervenção lida, entregaremos cópia ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal no final da reunião, para que conste em ata. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 27 de novembro de 2014” _____

____ O Senhor Presidente da Câmara disse que gostaria de esclarecer que o espaço que poderá vir funcionar, eventualmente, como Centro de Dia, na Sapataria, é da responsabilidade da Junta de Freguesia da Sapataria e não da Câmara Municipal. _____

____ O membro Duarte Pacheco, a propósito do ponto em discussão, referiu que iria tecer alguns comentários e, ao mesmo tempo, colocar algumas questões. Assim, começou por referir que o enquadramento deste documento - texto introdutório subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara -, que acompanha as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, contém questões que são claramente políticas e que não correspondem à realidade, como tal não poderá subscrever os documentos previsionais em apreciação. Continuou a sua intervenção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

dizendo que não valerá a pena o executivo refugiar-se, constantemente, na diminuição das transferências do Estado a que o Município tem estado sujeito, pois esta é uma realidade transversal à Administração Central, à Administração Local, a outras entidades públicas e privadas e, até os nossos orçamentos familiares. Temos que ter consciência que não podemos continuar a apresentar e a realizar despesas superiores aos orçamentos de que efetivamente dispomos. Lembrou que relativamente aos Municípios, existem muitos autarcas que durante os seus mandatos, gostam de realizar obras de modo a deixar marcas no seu percurso político, só que esta situação tem, muitas vezes, consequências bastante graves ao nível do endividamento destas entidades. Acrescentou que se orgulha da Lei dos Compromissos, na medida em que este normativo legal apresenta um mecanismo que, sendo cumprido, impede as autarquias e demais entidades públicas, independentemente da sua cor política, de caírem no mesmo erro. Sobre esta temática disse que nem todos os Autarcas estão desgostosos com esta Lei, pois conhece alguns que dizem: *“ainda bem que esta Lei existe!”*. _____

_____ Relativamente aos comentários realizados sobre o Fundo de Apoio Municipal (FAM), disse que os mesmos fazem lembrar as justificações apresentadas pelos países nórdicos quanto aos apoios prestados pela União Europeia aos países do sul com menor capacidade financeira, que também se manifestam desta forma *“porque razão temos nós que estar a participar países que não souberam governar a sua casa?!”*. Referindo-se aos documentos previsionais apresentados para 2015 disse que estes já previam um aumento do valor a transferir da Administração Central para o Município. Acrescentou que, nos últimos anos se tem comparado os valores transferidos do Orçamento de Estado, apontando a drástica diminuição que os mesmos sofreram, no entanto, e no seu entender, esta comparação não poderá ser realizada apenas numa vertente, é necessário ter em conta todos os aspetos e, desta forma, estamos em condições de poder concluir que, de facto, a despesa pública baixou entre os anos de 2010 e 2015, em cerca de onze mil milhões de euros. Disse, ainda, que as medidas adotadas não foram discriminatória relativamente às várias instituições e entidades públicas, ou seja, todos os entes públicos (Ministérios, Autarquias, Empresas Públicas) foram alvo de cortes financeiros. Neste momento e porque recuperamos alguma estabilidade financeira, disse que gostaria que ficasse registado que as transferências da Administração Central para as Autarquias já refletem, de alguma maneira, essa recuperação e, por isso o acréscimo dos montantes transferidos em 5,8%, cerca de 147 milhões de euros, o que contraria o que vem explanado no documento apresentado. _____

_____ Continuou focando a sua análise nas receitas do Município. Assim, disse que os “impostos locais” tiveram um acréscimo superior a 160 mil euros, sendo esta situação muito positiva para os cofres da Autarquia, contudo, no que diz respeito aos contribuintes, é competência do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRÃO

executivo baixar ou aumentar estes impostos, contribuindo, desta forma, para a diminuição ou aumento da carga fiscal dos seus munícipes. Relativamente às receitas provenientes da energia eólica disse verificar-se um decréscimo das mesmas em cerca de 20%, tendo, para o efeito, perguntado qual a razão desta diminuição. _____

_____ O membro Duarte Pacheco, neste momento da sua intervenção, colocou um conjunto de questões, designadamente: qual o orçamento previsto para a construção do pavilhão multisserviços; qual a calendarização/cronologia das ações a levar a efeito relativamente ao Plano Diretor Municipal (PDM) e como está perspetivada a participação dos membros da assembleia municipal, tendo sublinhado que, em sua opinião, este deveria ser um processo em que a participação da população e dos diversos agentes existisse de facto; perguntou porque razão se continuam a inscrever rubricas (ação social e apoio à economia local) nas grandes opções do plano em que as verbas são ínfimas; e porque razão, entre 2014 e 2015, se verifica um quebra tão acentuada no valor da venda da água. _____

_____ O membro Fernando Lopes disse que gostaria de comentar a intervenção do membro André Lourenço quando este colocou em causa a questão da Educação ser ou não uma prioridade para o Concelho. Assim, e dando início ao seu comentário, o membro Fernando Lopes, referiu que só se estivermos muito distraídos é que não conseguimos ver e, ao mesmo tempo, ter dúvidas quanto à importância desta matéria e que lugar ela tem assumido e continua a assumir nos vários executivos que têm liderado o nosso Município. Salientou que a Educação sempre se apresentou como uma prioridade, prova disso mesmo é o parque escolar de que dispomos, bem como todo um conjunto de atividades que, ao longo dos anos, vêm sendo desenvolvidas e colocadas ao serviço da população. Lembrou que, por vezes, há coisas que se fazem e que não podem ser detetadas no imediato, nem traduzidas em termos de números mas, certo é que o executivo tem feito um grande esforço para oferecer sempre, cada vez mais e melhor e isto pode ver-se através das infraestruturas criadas (centros escolares, transportes escolares, etc.), das atividades disponibilizadas (atividades de enriquecimento extracurricular – é o Município quem assegura a contrata os professores), dos apoios, quer em termos financeiros (bolsas de estudos e ação social escolar), quer ao nível da oferta de serviços técnicos onde são realizadas as primeiras abordagens ao nível da terapia da fala e do apoio psicológico e que, depois, acompanham e encaminham muitas das nossas crianças, quer, ainda, com a disponibilização de transportes para consultas em diferentes espaços de saúde, entre outras coisas. Concluiu a sua intervenção dizendo concordar com as palavras do membro Duarte Pacheco relativamente à diretiva comunitária que obriga a tributação das empresas. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente, procedeu ao esclarecimento das questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. Começou por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

referir que devido ao contexto em que nos encontramos (político, económico e financeiro), desde logo, marcado por fortes restrições orçamentais, os documentos apresentados eram os possíveis, não sendo, como é óbvio, os que gostaríamos ou os que desejaríamos apresentar. Traduzem, no entanto, o que, na nossa ótica, foi possível planear e prever. Chamou a atenção para o facto de se fazer uma leitura correta dos documentos, pelo que explicou que quando analisamos o mapa das “AMR”, verificamos a despesa corrente inscrita nas GOP; quando estamos perante o mapa do “PPI”, verificamos a despesa de capital inscrita em GOP; e, quando a análise incide sobre o Orçamento, apuramos as despesas em termos genéricos (corrente e capital), ou seja, as ações mais relevantes vêm espelhadas nas despesas correntes (GOP e Orçamento). É necessário estabelecer-se uma chave de leitura e perceber, por exemplo, que existem ações que são transversais a estes documentos, não aparecendo inscritas somente numa rubrica direta, é o caso da rubrica “ação social”. Referindo-se à questão da Educação, concordou que a rubrica inscrita com essa designação apresentava de facto uma diminuição mas, contrariamente ao que se pretendia fazer crer, esta situação fica a dever-se, em grande parte, à conclusão do Centro Escolar da Sapataria e não ao desinvestimento numa matéria que sempre foi e continua a ser para nós tão querida e, por isso mesmo, prioritária. Assim, é preciso que à rubrica Educação se somem todos aqueles valores que, transversalmente, estão espalhados por várias outras rubricas no Orçamento, designadamente: transportes escolares, auxiliares de ação educativa, aulas nas piscinas municipais, AEC, refeições escolares, eletricidade e combustíveis, entre outras. A este propósito, pediu aos membros da Assembleia Municipal que lhe indicassem outro Concelho onde se proporcionem condições semelhantes às nossas para os alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo. Continuando a comentar as intervenções realizadas pelos membros da Assembleia Municipal a propósito da discussão deste ponto da ordem do dia, disse que gostaria de apresentar documentos que pudessem ter rubricas inscritas com cem mil euros ao invés de cem euros, no entanto, como todos sabemos, isto não é possível. É importante perceber que, se não abrirmos as rubricas, ainda que com valores que podemos considerar absolutamente irrisórios, não conseguiremos, no futuro, candidatar qualquer projeto aos diversos financiamentos, e todos sabemos que sem ajudas e só com os nossos recursos, não conseguiremos concretizar os projetos necessários para o nosso Concelho. Acrescentou, ainda, que as rubricas são abertas desta forma para, pegando nas palavras do membro Duarte Pacheco, “*não gastar dinheiro que não temos*”. Desta forma, e como já referiu, logo que se estabeleçam condições para a realização de projetos de interesse municipal, estamos em condições de poder iniciar os respetivos processos, com a possibilidade de orçamentar receitas e despesas. Comentando as palavras do membro Duarte Pacheco, sobre a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Atraso, lamentou que até à presente data não tenha tido oportunidade de se cruzar com nenhum autarca que se congratula com a existência da LCPA. Em relação ao FAM disse que, em sua opinião, este fundo é uma grande injustiça, na medida em que se está a beneficiar os maus gestores, no entanto quando o membro Duarte Pacheco diz que “*amanhã poderemos ser nós*”, provavelmente terá razão, pois nunca se sabe o que nos espera. _____

_____ O senhor Presidente da Câmara disse que efetivamente se registou um aumento de cento de sessenta mil euros ao nível dos “impostos locais”, decorrente, em grande medida, da cláusula de salvaguarda relativamente ao IMI. No que se refere à redução da receita com a energia eólica, começou por explicar que aquando da outorga dos contratos e da entrada em funcionamento dos respetivos equipamentos foram estabelecidos três tipos de contrapartidas a receber pelo Município: um autocarro e uma retroescavadora; uma renda fixa, durante dez anos, a partir da outorga dos contratos; e 2,5% de toda a energia vendida proveniente dos equipamentos identificados nos contratos outorgados. Ora, neste momento, já se atingiram os 10 anos sobre a outorga dos contratos, razão pela qual, esta receita sofreu, efetivamente, uma redução. Finalmente e respondendo às perguntas formuladas começou por dizer que para a 1.^a fase do Pavilhão Multisserviços foi realizada uma candidatura em *overbooking*. Esta 1.^a fase foi alvo de um concurso público, tendo sido adjudicada pelo valor de 329.000,00€ e visa, apenas, a construção da infraestrutura. Numa 2.^a fase, em que serão realizados os arranjos interiores e exteriores, estima-se que o orçamento será de 400.000,00€. Finalizou a sua intervenção dizendo que em relação ao PDM, a Assembleia Municipal tem já designado um representante na Comissão, o membro Fernando Lopes, sendo que será através dele que o acompanhamento será realizado de forma mais direta. Relativamente ao cronograma previsto para a realização deste trabalho, é de vinte e quatro meses, disponibilizando-se para fazer chegar a documentação ao membro Duarte Pacheco. Disse que o prazo era ambicioso mas que tudo seria feito para que fosse cumprido, no entanto, existem situações que poderão não depender de nós, pois há contingências de outras entidades que poderão condicionar o cumprimento daquele cronograma, tendo dado como exemplo o tempo necessário para a obtenção de um parecer da REN. Informou que quem preside a Comissão de Acompanhamento do PDM de Sobral de Monte Agraço é a CCDR Lisboa e que existem cerca de cinquenta entidades envolvidas. _____

_____ O membro Duarte Pacheco questionou a razão pela qual houve uma quebra no valor da despesa com a compra de água entre 2013 e 2014. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esta quebra deve-se ao facto de, através do PAEL, ter sido possível pagar uma parte da dívida à Águas do Oeste, sendo que, este ano, essa situação já não se verificou. _____

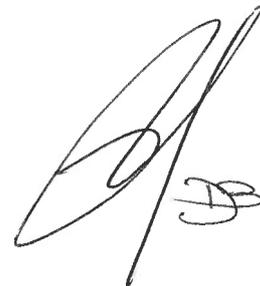
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

___ A membro Cláudia Joaquim, com a anuência do Senhor Presidente, solicitou que fossem respondidas as questões colocadas pela bancada do PS sobre o ponto de situação do Centro de Dia e da Creche, ambos na Freguesia da Sapataria, pois se bem se lembra foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que eram projetos para avançar o quanto antes. Chamou à atenção para o facto da rubrica referente à Creche ter um valor muito pequeno, bem como para a existência de diversos projetos em que as rubricas apresentam montantes bastante reduzidos, pelo que perguntou qual deles será expetável vir a ser concretizado com financiamento comunitário. Por último, sublinhou que é importante que na parte escrita das GOP venham explanados valores para que as pessoas possam perceber e ler as GOP, pois são documentos específicos e quem não está muito familiarizado com eles poderá ter alguma dificuldade na sua compreensão. Disse que a informação que solicitou não carece dela para si, pois tem experiência na elaboração e no manuseamento deste tipo de documentos, mas outros membros desta Assembleia, que não são desta área poderão ter dificuldades. _____

___ O membro Duarte Pacheco, referindo-se ao PDM, disse que seria importante facultar o cronograma do PDM a todos os membros da Assembleia Municipal e que, sendo oportuno, neste ou noutro momento desta sessão, o representante do órgão poderia fazer um ponto de situação relativamente às reuniões já realizadas, de modo a dotar os eleitos de alguma informação para que possam esclarecer alguns munícipes que eventualmente os venham a abordar sobre esta matéria. Ainda sobre a temática dos impostos municipais, designadamente o IMI, referiu que o acréscimo de receita vem por via das atualizações, é certo mas cabe, agora, ao Município, se assim o entender, baixar o valor das taxas a cobrar, uma vez que ainda não fixou as taxas pelo mínimo. Concluiu a sua intervenção referindo-se ao FAM e dizendo que o Senhor Presidente da Câmara continuou no mesmo registo, pelo que reforçou o que havia dito sobre o argumento nórdico "*nós temos a casa em ordem e agora vamos ter que ajudar os maus gestores*". Lembrou, ainda, que quem recorrer a este Fundo, será alvo de uma fiscalização muito apertada. _____

___ O Senhor Presidente disse que quando a Câmara Municipal se candidatou ao PAEL foi fortemente criticada pelos membros da Assembleia Municipal do PSD, agora, o recurso ao FAM já é muitíssimo bem visto. Referiu que as Câmaras Municipais da CDU são todas subsidiárias do FAM e que fica contente por o Município ter as suas contas equilibradas e não necessitar de recorrer a este Fundo. _____

___ O membro Duarte Pacheco esclareceu que PAEL e o FAM são programas distintos, ou seja, o PAEL é uma linha de financiamento do Estado, enquanto que o FAM é uma solução estrutural para que não haja um novo PAEL daqui a dois anos. Por fim disse que o ideal é que se tenha uma dívida corrente e não uma dívida de milhões. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

___ O membro Vitor Lourenço, com a anuência do Senhor Presidente, referiu que: *“abstenho-me de repetir tudo o que disse sobre o orçamento aprovado para 2014 que a ser dito encaixa perfeitamente, em certa medida, na atividade deste orçamento para 2015.* _____

___ *Perante um quadro de contínuo incumprimento da Lei das Finanças Locais, de redução da participação dos municípios na receita proveniente do IRS, IRC e IVA, apesar de se registar um aumento, devido ao agravamento da carga fiscal sobre as famílias e com uma transferência do orçamento de estafó que representa 35% da receita total, os impostos diretos são também uma fonte de financiamento do nosso município, essencial para os investimentos que qualificam o território e conferem mais qualidade de vida aos nossos cidadãos.* _____

___ *Contudo e para não sobrecarregar a dita carga fiscal às famílias o município mantém as taxas em vigor iguais às do ano de 2014, ao contrário de outros municípios nossos vizinhos que aplicam as taxas máximas.* _____

___ *As medidas governamentais que, em muito, têm e continuam a condicionar a gestão dos municípios portugueses, conforme se constata no enquadramento do Senhor Presidente da Câmara, trazido até esta assembleia são efetivamente uma realidade.* _____

___ *Em resumo este não é o orçamento que ambicionamos, mas é o que temos e se é o que temos há que trabalhar com ele, não defraudando as perspetivas traçadas e procurando em diálogo com a população, com os agentes económicos, culturais, educativos e sociais, com o envolvimento do movimento associativo, nos mais diversos domínios, com a participação cívica dos munícipes, com os eleitos dos demais órgãos do poder local.* _____

___ *Penso Senhor Presidente que acima de tudo, com um coletivo de trabalhadores e dirigentes da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, um capital humano valioso e empenhado cujo sentido de serviço público, nós bancada da CDU, enalteçemos.* _____

___ *Disse.”* _____

___ O Senhor Presidente da Câmara, disse que quando a membro Cláudia Joaquim se referiu ao Centro de Dia, provavelmente estava a referir-se à Quinta da Moita e este é um projeto da Junta de Freguesia da Sapataria e não do Município, razão pela qual não pode o mesmo constar nos documentos em discussão. Informou, no entanto, que no local e no espaço exterior foram feitos alguns melhoramentos em parceria com a Junta de Freguesia da Sapataria. A este propósito, disse que se procuraram novos parceiros e que foram feitas algumas reuniões com a Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço e Segurança Social, sem que, no entanto, tenha sido outorgado qualquer acordo com a Segurança Social. Em relação à criação de uma Creche na Sapataria disse que já há bastante trabalho desenvolvido sobre esta matéria, tendo já sido enviado à Segurança Social o respetivo projeto, aguardando-se, neste momento, por um lado a aprovação daquele instrumento de trabalho e, por outro lado, financiamento e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

parceiros para abraçar esta causa. Por último esclareceu que através do PAEL foi possível pagar a dívida à Águas do Oeste do ano de 2011. Já conseguimos, também, pagar o ano de 2012 e até outubro de 2013. _____

_____ O membro Duarte Pacheco pegou nas palavras do Senhor Presidente da Câmara proferidas a propósito do FAM e da má gestão, para referir que, nessa ótica, não seria justo que os munícipes dos concelhos bem geridos tivessem que pagar as dívidas dos Concelhos mal geridos. _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com 10 votos a favor, com 4 votos contra, sendo 2 do PPD/PSD, 1 do CDS/PP e 1 do PS e 3 abstenções do PS, a aprovação das Grandes Opções do Plano, para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na al. a), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

_____ Mais deliberou, por maioria, com 10 votos a favor, com 3 votos contra, sendo 2 do PPD/PSD e 1 do CDS/PP e 4 abstenções do PS, a aprovação do Orçamento, para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na al. a), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Quatro. _____

_____ **Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais – al. c), do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e art. 12.º do DL 127/2012, de 21 de junho** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 09 de dezembro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____

_____ **“CERTIDÃO n.º 74/2014** _____

_____ *Licenciada Maria Manuela Paula de Castro, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 17 de novembro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

_____ **“ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

_____ **GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

1.14 - Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais – al. c), do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e art. 12.º do DL 127/2012, de 21 de junho _____

_____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores do PS e da Coligação “Juntos Pela Nossa Terra”, propor à Assembleia Municipal que emita autorização prévia genérica favorável para assunção de compromissos plurianuais, que obedeçam a um dos seguintes requisitos: _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRACO

- 1.1.1) *Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;* _____
- 1.1.2) *Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.* _____
- ____ *Deliberou, também, propor à Assembleia Municipal que a emissão de autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais fique condicionada ao cumprimento escrupuloso do disposto na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, DL 127/2012, de 21 de junho e demais requisitos legais de execução de despesa.* _____
- ____ *Deliberou, finalmente, propor à Assembleia Municipal que determine a elaboração de competente lista das adjudicações e dos contratos celebrados ao abrigo da autorização concedida, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação, prazo de execução do contrato, informação de cabimento orçamental e de fundos disponíveis, a qual deverá ser presente ao órgão deliberativo para conhecimento”.* _____
- ____ *Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.* _____
- ____ *Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 9 de dezembro de 2014.* _____
- ____ *A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, assinado, Manuela Castro, Dra.”* _____
- ____ *Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:* _____
- ____ **“ Proposta** _____
- ____ **Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais – al. c), do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e art. 12.º do DL 127/2012, de 21 de junho** _____
- ____ **Considerando que:** _____
- a) *A Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, também designada LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Este diploma legal aplica-se às Autarquias Locais, de acordo com o disposto no seu art. 2.º, n.º 2;* _____
- b) *Nos termos do n.º 1 do art. 6.º da LCPA, “A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projectos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia:* _____
- a) (...) _____
- b) (...) _____
- c) *Da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local”;* _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- c) O DL 127/2012, de 21 de junho “... contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso... e ... à operacionalização da prestação de informação constante no art. 10.º da mesma lei”; _____
- d) A autorização prévia do órgão deliberativo relativamente a compromissos plurianuais pode assumir carácter genérico, conjunto ou individual, sendo que, no que se refere à Administração Local, determina o art. 12.º do Decreto-Lei citado, sob a epígrafe “Compromissos plurianuais no âmbito do subsector local”, que: _____
“Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente, poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano” [sublinhado nosso]; _____
- e) Até à publicação da LCPA, os compromissos plurianuais obedeciam exclusivamente ao disposto no art. 22.º do DL 197/99, de 08 de junho¹, o qual se mantém parcialmente em vigor de acordo com o disposto no art. 13.º da LCPA. De acordo com esta norma, carecem de autorização da Assembleia Municipal as despesas que deem lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização e não resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos; _____
- f) Após a publicação da LCPA, temos que, a par da vigência parcial do citado art. 22.º do DL 197/99, de 8 de junho, o art. 6.º da LCPA implica que a assunção de compromissos plurianuais seja expressamente autorizada pela Assembleia Municipal, podendo existir deliberação prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, deliberação esta que poderá ser balizada pelos limites constantes do artigo e diploma citados. _____
- g) A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, na sua reunião extraordinária de 15 de novembro de 2013, nos termos e para os efeitos do disposto na al. c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro: _____
“... a) Emitir autorização prévia genérica favorável para assunção de compromissos plurianuais, que obedecem a um dos seguintes requisitos: _____
a.1) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; _____
a.2) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos (...); _____

¹ O art. 22.º do DL 197/99, de 08/06 mantém-se em vigor mesmo após a publicação do Código dos Contratos Públicos por força do disposto no art. 14.º, n.º 1, al. f) do DL 18/2008, de 29/01 que determina: “... 1 – São revogados: ... al. f) O Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho com exceção dos art. 16.º a 22.º e 29.º”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

h) Tendo sido aprovados, na reunião do órgão executivo os documentos previsionais para o ano de 2015, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, em 17 de novembro de 2014, por maioria, com duas abstenções, do PS e da Coligação "Juntos pela Nossa Terra", propor à Assembleia Municipal que emita autorização prévia genérica favorável para assunção de compromissos plurianuais, que obedeçam a um dos seguintes requisitos: _____

1.1.1) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; _____

1.1.2) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos; _____

i) Deliberou, também, propor à Assembleia Municipal que a emissão de autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais fique condicionada ao cumprimento escrupuloso do disposto na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, DL 127/2012, de 21 de junho e demais requisitos legais de execução de despesa; _____

j) Deliberou, finalmente, propor à Assembleia Municipal que determine a elaboração de competente lista das adjudicações e dos contratos celebrados ao abrigo da autorização concedida, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação, prazo de execução do contrato, informação de cabimento orçamental e de fundos disponíveis, a qual deverá ser presente ao órgão deliberativo para conhecimento. _____

Propõe-se que: _____

____ 1. A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere emitir autorização prévia genérica favorável para assunção de compromissos plurianuais, que obedeçam a um dos seguintes requisitos: _____

1.1.1) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; _____

1.1.2) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos. _____

____ 2. A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, também, que a emissão de autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais fique condicionada ao cumprimento escrupuloso do disposto na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, DL 127/2012, de 21 de junho e demais requisitos legais de execução de despesa. _____

____ 3. A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço determine a elaboração de competente lista das adjudicações e dos contratos celebrados ao abrigo da autorização concedida, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação, prazo de execução do contrato, informação de cabimento orçamental e de fundos disponíveis, a qual deverá ser presente ao órgão deliberativo para conhecimento. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 19 de novembro de 2014 _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

___ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.”_

___ No âmbito da proposta apresentada, a membro Cláudia Joaquim apresentou um texto que a seguir se transcreve: _____

___ **“Ponto 4. Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais** ___

___ A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço apresentou pelo segundo ano consecutivo a esta Assembleia Municipal uma proposta para que fosse deliberada a emissão de uma **autorização prévia genérica favorável para assunção de compromissos plurianuais.** _____

___ Analisado o enquadramento legal relativo a esta proposta, semelhante aliás à apresentada no ano anterior, os deputados eleitos pelo PS a esta Assembleia Municipal vêm novamente identificar um conjunto de reservas face ao procedimento proposto, o qual se considera que não cumpre os requisitos legais estabelecidos na Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA). Apresentam-se ainda, e mais uma vez, os fundamentos para tal posição. _____

___ E não é pelo facto da presente proposta ser apresentada em conjunto com as Grandes Opções do Plano para 2015, ou antes, ser "capeada" pelas mesmas, que passam a ser cumpridos os requisitos legais aplicáveis, conforme se explicará de seguida. _____

___ A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, foi regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, o qual estabeleceu os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, tendo este diploma previsto que a DGAL elaborasse um manual de apoio à aplicação desta lei, o qual se encontra disponível na página de internet daquele organismo. _____

___ Com efeito, após análise da legislação referida, bem como das instruções contidas no Manual da DGAL, conclui-se que: _____

1) Os municípios não podem assumir compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica natureza ou valor, que não tenham sido submetidos a **autorização prévia** da assembleia municipal (excluindo despesas com pessoal ou despesas correntes decorrentes do funcionamento normal do serviço); _____

2) A referida autorização² para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão competente, possa ser dada quando da aprovação das GOP evitando-se assim a reunião casuística por parte dos órgãos deliberativos competentes, contudo este não é o único requisito a cumprir; _____

3) Por outro lado, esta autorização, quando posterior, poderá fazer menção às GOP devendo encontrar-se **em conformidade com os valores de compromissos plurianuais decorrentes das mesmas;** _____

4) **A AUTORIZAÇÃO DADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DEVE ASSEGURAR A EXISTÊNCIA DE FUNDOS DISPONÍVEIS TENDO EM VISTA A SATISFAÇÃO DOS** _____

² Autorização prévia prevista na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei dos Compromissos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

COMPROMISSOS PLURIANUAIS A ASSUMIR O QUE IMPLICA QUE QUALQUER AUTORIZAÇÃO A EMITIR PELA ASSEMBLEIA, DEVE LIMITAR O MONTANTE DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUESTÃO. _____

_____ Salienta-se ainda que a Lei dos Compromissos, com todas as suas normas e requisitos legais, têm (conforme estabelecido no artigo 13.º) **natureza imperativa**, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excepcionais, que disponham em sentido contrário, **sobrepondo-se assim e prevalecendo sobre o artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, artigo sobre o qual o executivo sustenta á proposta apresentada.** _____

_____ Face ao exposto verifica-se que a proposta agora em apreciação não permite a esta assembleia municipal cumprir os requisitos e obrigações legais a que está obrigada por força da Lei dos Compromissos, uma vez que propostas que impliquem compromissos plurianuais devem ser **sempre** acompanhadas de toda a informação que permita aos seus membros verificar do cumprimento do disposto na Lei dos Compromissos em matéria de Fundos Disponíveis, em momento prévio à eventual concessão de autorização. Al informação é omissa na proposta apresentada. _____

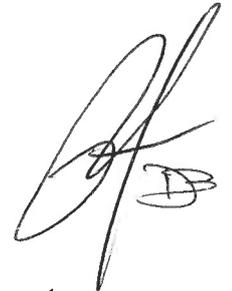
_____ Consideramos que um voto favorável na presente proposta, e a sua eventual autorização por parte deste órgão deliberativo: _____

• Corresponderia, por um lado, ao equivalente à "passagem de um cheque em branco" em matéria tão importante para o nosso concelho, como a realização de obras, ou a aquisição de determinados bens e serviços, desde que constituíssem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico. Não saberíamos que investimentos e quais os encargos para o erário público...; _____

• Mas, de forma mais grave, corresponderia, por outro lado, a uma **deliberação** deste órgão que determinaria ou autorizaria a realização de despesas não permitidas por lei, por não cumprirem as disposições legais previstas na Lei dos Compromissos, **a qual poderia vir a ser considerada como um ato nulo**, nos termos do regime jurídico das autarquias locais e da Lei das Finanças Locais em vigor. _____

_____ Neste contexto, não será demais referir que de acordo com a Lei dos Compromissos (artigo 11º), **os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e/ou reintegratória, nos termos da lei em vigor.** _____

_____ E que, de acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei 98/97, de 26 de Agosto, artigos 61 e 62º), a responsabilidade financeira sancionatória e/ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

reintegratória, recai sobre o agente ou agentes da acção, designadamente sobre os dirigentes e 1º grau (ou equiparados), bem como nos gerentes, dirigentes ou membros dos órgãos de gestão administrativa e financeira ou equiparados, podendo ainda recair nos funcionários ou agentes que, "nas suas informações (...) não esclareçam os assuntos da sua competência de harmonia com a lei", podendo para o efeito considerar-se agentes, os deputados eleitos para a assembleia municipal. _____

_____ Face ao exposto, e verificando-se que o executivo insiste em procedimento semelhante ao ano transato, sobre o qual os deputados do partido socialista já haviam tomado uma posição, devidamente fundamentada, reiteram-se os argumentos e manifestação de discordância por não se encontrarem cumpridos os requisitos legais em vigor. _____

_____ Por se tratar de uma intervenção lida, entregaremos cópia ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal no final da reunião, para que conste em ata. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 27 de novembro de 2014 _____

_____ Os deputados do Partido Socialista" _____

_____ O Senhor Presidente esclareceu que o ponto em apreciação surge agora a seu pedido, para que as GOP e a autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais fossem apresentados simultaneamente, porque se bem se lembra, no ano transato, foi dito na sessão da Assembleia Municipal que estes dois pontos deveriam de vir em conjunto. _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com 10 votos a favor e 7 votos contra, sendo 4 do PS, 2 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, emitir autorização prévia genérica favorável para assunção de compromissos plurianuais, que obedeam a um dos seguintes requisitos: _____

_____ 1.1.1) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; _____

_____ 1.1.2) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos. _____

_____ Mais deliberou, por maioria, com 10 votos a favor e 7 votos contra, sendo 4 do PS, 3 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, que a emissão de autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais fique condicionada ao cumprimento escrupuloso do disposto na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, DL 127/2012, de 21 de junho e demais requisitos legais de execução de despesa. _____

_____ Deliberou, ainda, por maioria, com 10 votos a favor e 7 votos contra, sendo 4 do PS, 2 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, determinar a elaboração de competente lista das adjudicações e dos contratos celebrados ao abrigo da autorização concedida, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação, prazo de execução do contrato, informação de cabimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

orçamental e de fundos disponíveis, a qual deverá ser presente ao órgão deliberativo para conhecimento. _____

_____ Seguidamente, a membro Cláudia Joaquim procedeu à leitura de uma declaração de voto, que se passa a transcrever: _____

_____ **“VOTO DE PROTESTO DEPUTADOS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA** _____

_____ (nos termos do artigo 58º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) _____

_____ À semelhança e em moldes idênticos aos efetuados em 2013, com efeitos a 2014, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço apresentou a esta Assembleia Municipal uma proposta para que fosse deliberada a emissão de uma autorização prévia genérica favorável para assunção de compromissos plurianuais. _____

_____ Contudo, e conforme exposto em intervenção anterior, na qual os deputados do PS reiteraram um conjunto de reservas por considerarem que não estão a ser cumpridos os requisitos legais estabelecidos na Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro), apresentando mais uma vez os fundamentos legais que sustentam esta posição. _____

_____ Nos termos da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e do Decreto-lei n.º 127/2012, a autorização dada pela assembleia municipal deve sempre assegurar a existência de fundos disponíveis tendo em vista a satisfação dos compromissos plurianuais a assumir o que implica que qualquer autorização a emitir pela assembleia, deve limitar expressamente o montante de compromissos plurianuais em questão. Esta condição essencial não foi mais uma vez cumprida pelo executivo, motivo que fundamenta o sentido de voto anterior (voto contra). _____

_____ Por esse motivo, os deputados eleitos pelo PS, apresentam por este meio um voto de vencidos, nos termos do artigo 58º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o qual deverá integrar a ata da presente reunião, salientando-se que, de acordo com o n.º 3 do artigo 58º o registo na ata do voto de vencido exclui os eleitos da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada por maioria. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 27 de novembro de 2014 _____

_____ Os deputados do Partido Socialista” _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Cinco. _____

_____ **Discussão e votação do Mapa de Pessoal 2015 - (art. 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho)** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 31 de outubro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

“CERTIDÃO n.º 66/2014”

Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 29 de outubro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor:

“ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.2 – Mapa de Pessoal para 2015 - (art. 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho)

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, por unanimidade, de acordo com o disposto nos art.s 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço que se anexa a presente proposta, da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos.

Mais deliberou, por unanimidade, submeter o Mapa de Pessoal à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 4, do art. 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no n.º 1 e na al. a) do n.º 2 do art. 3.º do D.L. 209/2009, de 3 de setembro, bem como, na al. c), do n.º 1, do art. 33.º e al. a) e o), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 4, do art. 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho e art. 56.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, promover a publicitação do Mapa de Pessoal através da sua afixação no edifício da Câmara Municipal (DAF) e inserção na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer”.

Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.

Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 31 de outubro de 2014.

A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite”

Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

“ Proposta

Mapa de Pessoal para 2015 (art. 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho)

Considerando que:

- a) De acordo com o disposto no n.º 4 do art. 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, “...o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica, assim devendo permanecer”;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- b) Nos termos do disposto na al. c) do n.º 1, do art. 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e o Orçamento; _____
- c) Nos termos da al. a) do n.º 1, do art. 25.º do diploma supra citado, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento; _____
- d) Nos termos do disposto na al. o) do n.º 1 do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais; _____
- e) De acordo com o estipulado no art. 3.º do D.L. 209/2009, de 3 de setembro, os Municípios dispõem de Mapas de Pessoal aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal (art. 3.º, n.º 1 e 2, al. a); _____
- f) Por força do disposto no art. 28.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, em matéria de gestão de recursos humanos, *“o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis”*; _____
- g) O Mapa de Pessoal desta Autarquia, a vigorar no ano de 2015, deverá conter, de acordo com o exigido pelo art. 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, *“... a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar ou do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam”*; _____
- h) Na reunião extraordinária de 29 de outubro de 2014, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto nos art.s 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço anexo à deliberação, da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos; _____
- i) Deliberou, ainda, por unanimidade, submeter o Mapa de Pessoal do Município à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 4, do art. 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no n.º 1 e na al. a) do n.º 2 do art. 3.º do D.L. 209/2009, de 3 de setembro, bem como, na al. c), do n.º 1, do art. 33.º e al. a) e o), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- j) Deliberou, também, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 4, do art. 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho e art. 56.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, promover a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

publicitação do Mapa de Pessoal através da sua afixação no edifício da Câmara Municipal (DAF) e inserção na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer. _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere aprovar o Mapa de Pessoal do Município a vigorar no ano de 2015 e respetivo anexo, nos termos do disposto no n.º 4, do art. 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no n.º 1 e na al. a) do n.º 2 do art. 3.º do D.L. 209/2009, de 3 de setembro e com o disposto nas al. a) e o), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 19 de novembro de 2014 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ O membro Duarte Pacheco sobre o ponto em apreciação referiu que a bancada do PPD/PSD não se opunha à aprovação do mapa de pessoal apresentado, pois como a própria Lei determina que cabe ao executivo gerir o número de trabalhadores que garanta a satisfação das necessidades para prossecução das respetivas atribuições. Assim, e porque estamos perante um ato de gestão corrente, na sua opinião, a Assembleia Municipal não tem grande poder de argumentação. _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com 10 votos a favor e 3 abstenções, sendo 2 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, aprovar o Mapa de Pessoal do Município a vigorar no ano de 2015 e respetivo anexo, nos termos do disposto no n.º 4, do art. 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no n.º 1 e na al. a) do n.º 2 do art. 3.º do D.L. 209/2009, de 3 de setembro e com o disposto nas al. a) e o), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Seis. _____

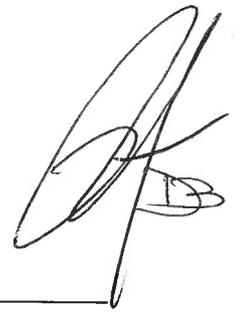
_____ **Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal – Carreira Geral – Técnico Superior (DAF) - Pedido de confirmação da autorização da Assembleia Municipal** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 31 de outubro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____

_____ **“CERTIDÃO n.º 67/2014** _____

_____ *Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 29 de outubro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO



____ **“ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.3 – Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal – Carreira Geral – Técnico Superior (DAF) - Pedido de confirmação da autorização da Assembleia Municipal)** _____

____ **Deliberação:** *A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do n.º 2 e 3, do art. 64.º da LOE de 2014, solicitar à Assembleia Municipal a confirmação da autorização de recrutamento vertida na deliberação de 21 de Junho de 2013, relativamente ao recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, Carreira Geral de Técnico Superior (DAF), por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado”.* _____

____ *Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.* _____

____ *Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 31 de outubro de 2014.* _____

____ *A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite”* _____

____ *Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:* _____

____ **“ Proposta** _____

____ **Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal – Carreira Geral – Técnico Superior (DAF) - Pedido de confirmação da autorização da Assembleia Municipal)** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) Em 17 de junho de 2013, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal para recrutamento de diversos trabalhadores, de entre os quais um Técnico Superior para a Secção Financeira da Divisão Administrativa e Financeira do Município, doc. 1 em anexo; _____
- b) Em 21 de junho de 2013, a Assembleia Municipal deliberou por, maioria, autorizar o recrutamento de diversos trabalhadores, de entre os quais um Técnico Superior para a Secção Financeira da Divisão Administrativa e Financeira do Município, doc. 2 em anexo; _____
- c) Por informação datada de 24 de outubro de 2014, que aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos, sob doc. 3, a Chefe de Divisão da DAF coloca à consideração superior que seja solicitada à Assembleia Municipal a confirmação de autorização de recrutamento de um Técnico Superior para a secção financeira – DAF em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

virtude de se manterem inalterados os pressupostos que estiveram na base do pedido efetuado em junho de 2013; _____

d) Para efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3, do art. 64.º da Lei 83-C/2013 (LOE para 2014), dir-se-á que: _____

d.1) O presente recrutamento mostra-se imprescindível para assegurar as obrigações de serviço público: *“Relativamente à DAF, importará referir que a equipa afeta aos serviços de contabilidade, finanças e contratação pública é constituída 3 assistentes técnicos e 3 técnicos superiores, estando um em regime de mobilidade interna na categoria (oriundo do Município de Lisboa) e um contratado a termo resolutivo incerto. Sucede que, as atividades a prosseguir no âmbito da Divisão, assumem caráter permanente, atendendo, por um lado, aos deveres de informação previstos na Lei das Finanças locais e aos mecanismos de gestão e controlo decorrentes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e, por outro lado, à necessidade de acompanhamento dos procedimentos concursais ao abrigo do CCP, quer os promovidos pela Autarquia, quer os promovidos pela CIM Oeste no âmbito dos acordos-quadro.* _____

Assim..., e tendo presente disposto ... no art. 6.º da Lei 12-A/2018, de 27/02, designadamente o carácter permanente das atividades cometidas à DAF na área financeira (contabilidade, finanças e contratação pública), o recrutamento deste técnico superior assume caráter de imprescindibilidade para o normal funcionamento dos serviços e do cumprimento das obrigações a que o Município está obrigado.” – cfr. doc. 3 em anexod.2) Os encargos resultantes deste recrutamento estão devidamente previstos no orçamento de 2014 e constam da proposta de orçamento 2015 (cfr. doc.4 em anexo). _____

e) Na reunião extraordinária de 29 de outubro de 2014, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do n.º 2 e 3, do art. 64.º da LOE de 2014, solicitar à Assembleia Municipal a confirmação da autorização de recrutamento vertida na deliberação de 21 de Junho de 2013, relativamente ao recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, Carreira Geral de Técnico Superior (DAF), por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. _____

e) Na reunião extraordinária de 29 de outubro de 2014, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do n.º 2 e 3, do art. 64.º da LOE de 2014, solicitar à Assembleia Municipal a confirmação da autorização de recrutamento vertida na deliberação de 21 de Junho de 2013, relativamente ao recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, Carreira Geral de Técnico Superior (DAF), por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, nos termos e para os efeitos do n.º 2 e 3, do art. 64.º da LOE de 2014, confirmar a autorização de recrutamento vertida na deliberação de 21 de Junho de 2013, relativamente ao recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, Carreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

Geral de Técnico Superior (DAF), por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 19 de novembro de 2014 _____

____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com 10 votos a favor e 3 abstenções, sendo 2 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, nos termos e para os efeitos do n.º 2 e 3, do art. 64.º da LOE de 2014, confirmar a autorização de recrutamento vertida na deliberação de 21 de Junho de 2013, relativamente ao recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, Carreira Geral de Técnico Superior (DAF), por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Sete. _____

____ **Outros assuntos de interesse do Município** _____

____ A membro Cláudia Joaquim começou a sua intervenção dizendo, mais uma vez, que a informação financeira prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, era pouco clara e omissa no que diz respeito às dívidas do Município, tendo referido que, eventualmente, quando deixar de ser obrigatório a elaboração do relatório de execução do PAEL, não será possível efetuar uma leitura correta dos números apresentados. A este propósito, sugeriu que das futuras informações financeiras conste qual o grau de execução da despesa. De seguida, perguntou qual a previsão de execução de receita e despesa até ao final do corrente ano. _____

____ O membro Rui Corado disse que no passado dia 20 de outubro se passou a comemorar o Dia das Linhas de Torres, pelo que sugeriu que no próximo ano, quando houvesse necessidade de dar nome a alguma rua do nosso Concelho, fosse escolhido esse dia para descerrar uma lápide numa Rua que venha a adotar o nome do Brigadeiro Neves Costa, principal mentor da Linhas de Torres. De seguida, apresentou uma informação, que a seguir se transcreve: _____

____ **“INFORMAÇÃO** _____

____ (Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais e dos artigos 2º, 5º e 58º do Regimento em Vigor) _____

Assunto: Exposições às entidades competentes por parte dos deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço _____

____ O Regime Jurídico das Autarquias Locais estabelece que compete à assembleia municipal, entre outras competências, "acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal" e "solicitar e receber informação através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores". _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRACO

___ Considerando que desde a entrada em funções dos deputados do PS, em 18 de outubro de 2013, tendo decorrido até à data sete sessões de Assembleia Municipal, foram solicitados um conjunto de documentos e informações, sem que tenham sido disponibilizados, ou efetuados os esclarecimentos necessários. _____

___ Considerando que, face ao exposto, não se encontram reunidas as condições para que os deputados do PS exerçam o seu mandato na plenitude das funções que lhes estão atribuídas, designadamente no que se refere às competências de acompanhamento e fiscalização da atividade da câmara municipal, por ausência de resposta e de disponibilização de documentos, quando alguns dos pedidos foram reiterados, como é público através de leitura das atas das reuniões de assembleia municipal realizadas a partir de 15 de novembro de 2013, inclusive. ___

___ Considerando que no entendimento dos deputados do PS está em causa a obstrução e o condicionamento da atividade regular deste órgão, bem como das nossas atribuições enquanto deputados eleitos. _____

___ Considerando ainda que apenas pretendíamos o cabal esclarecimento das dúvidas que nos surgiram, a título de exemplo: _____

- No que se refere à "Casa Mortuária" e às diversas adjudicações que foram efetuadas, colocando-se dúvidas sobre o cumprimento do Código de Contratação Pública; _____
- Ou no que se refere ao enquadramento legal que sustenta o recurso a diversos ajustes diretos, pelo menos, no decurso do ano de 2013. _____

___ E que esses esclarecimentos, apesar de todas as insistências não foram efetuados, nem foi dada qualquer justificação. _____

___ Considerando ainda que são reiterados os procedimentos em matérias que podem envolver responsabilidade financeira e sancionatória, não só para os membros eleitos do executivo, mas também para os deputados da Assembleia Municipal, como é o caso do Ponto 4 da Ordem do Dia - "Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais", cujos fundamentos foram apresentados pelos deputados do PS aquando do pedido similar no ano de 2013, com referência a 2014. _____

___ Considerando todos os factos expostos, e por uma questão de transparência e respeito por este órgão, os deputados do Partido Socialista informam que: _____

- Depois de todas os pedidos, devidamente fundamentados, e de todas as insistências efetuadas junto do senhor Presidente da Assembleia Municipal nas diversas reuniões realizadas, compete-nos efetuar junto das entidades competentes um conjunto de exposições, descrevendo exatamente as dúvidas que nos surgiram, a informação que detemos e a informação / esclarecimentos que solicitámos e não nos foram facultados, cabendo a esses organismos a tomada das diligências que entenderem por convenientes; _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

• *Essas exposições serão remetidas às entidades em causa nos próximos dias, uma vez que estão em fase de conclusão, sendo que os deputados do Partido Socialista emitirão nessa data um Comunicado à população do concelho informando de tal facto;* _____

• *Perante esta decisão, consideramos que a eventual disponibilização da informação ou dos esclarecimentos solicitados até à data serão extemporâneos, pois nenhuma razão poderá justificar os meses que passaram desde os primeiros pedidos efetuados sobre estas matérias.* _

____ *Por último, queremos deixar claro que continuaremos a exercer o nosso mandato, com o mesmo zelo e entrega, questionando hoje e no futuro o senhor Presidente da Câmara em todas situações que nos pareçam oportunas e relevantes, em função do mandato que nos foi confiado e das competências que nos são atribuídas.* _____

____ *Sobral de Monte Agraço, 27 de novembro de 2014* _____

____ *Os Deputados*” _____

____ O Senhor Presidente da Câmara, respondendo à pergunta formulada pela membro Cláudia Joaquim, disse que a execução da receita e, também, a execução da despesa, à data de hoje, ronda os 80%. Sobre a informação apresentada pelo membro Rui Corado disse que a registou e que nada tem a dizer sobre a mesma. _____

____ O membro Vitor Lourenço disse que queria deixar aqui uma palavra de muito apreço aos Senhores Professores José Pina e Rui Ferreira que dão aulas nas Escolas do 1.º Ciclo de Almagem e Pero Negro. Referiu que teve a honra de ter estado no lançamento dum livro escrito por estes autores, intitulado “*Educação Financeira e Empreendedorismo*”. O lançamento deste livro realizou-se em Lisboa, na Escola Superior de Educação, no passado mês de Julho. Disse que, na ocasião, tinha tido oportunidade de felicitar os dois professores pelo excelente manual apresentado, que se mostra bastante inovador ao nível do ensino da educação financeira, estimulando a questão do empreendedorismo e permitindo uma experiência prática aos alunos. Também, na ocasião, foi possível felicitá-los pelo trabalho que estão a realizar nas respetivas escola e na comunidade local. _____

____ Continuou a sua intervenção dizendo que se realizou no passado dia 02 de novembro uma cerimónia evocativa dos militares mortos ao serviço da Pátria, organizada pelo Núcleo da Liga dos Combatentes e apoiada pela Autarquia do Sobral de Monte Agraço. A cerimónia evocativa teve lugar no cemitério de São Salvador, tendo estado presentes entidades civis, militares e religiosas. Apesar dos atos solenes se terem realizado em vários concelhos da Região, o ato solene principal destas cerimónias decorreu em Sobral de Monte Agraço, com honras militares. Salientou a presença de muitos familiares dos militares mortos ao serviço da Pátria, do Vice-Presidente da Câmara Municipal, do Tenente Coronel Costa Pereira, do Pároco e do Sr. António Dinis que representou os combatentes Sobralenses. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

___ O Senhor Presidente lembrou ao líder de bancada do PS, Rui Corado, que tinha em sua posse a resposta aos requerimentos e pedidos de informação solicitados, para que no final da presente sessão os levantasse. _____

___ Por último saudou todos os presentes e em especial o ex-presidente da Câmara Municipal, António Lopes Bogalho. _____

___ **Abertura ao Público** _____

___ Ninguém desejou intervir. _____

___ **Aprovação em Minuta** _____

___ Finalmente foi deliberado por unanimidade aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista a sua excecutoriedade imediata. _____

___ **Encerramento** _____

___ E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Dilia Maria de Jesus Ferreira Batista, redigi e vou assinar, junto do Presidente. _____

O Presidente _____

O Secretário _____

Dilia Batista